



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JUÇARA MARIA DE FRANÇA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR NA EJA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE
LIMA**

**JOÃO PESSOA- PB
2014**

JUÇARA MARIA DE FRANÇA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR NA EJA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE
LIMA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Verônica Pessoa da Silva

**JOÃO PESSOA- PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Juçara Maria de França
Evasão escolar na EJA [manuscrito] : um estudo de caso da escola municipal de ensino fundamental e médio deputado João Fernandes de Lima / Juçara Maria de França Silva. - 2014.
77 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinalidades) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof^ª. Dra. Verônica Pessoa da Silva, Departamento de educação".

1. Evasão escolar 2. aluno 3. Educação de Jovens e Adultos
I. Título.

21. ed. CDD 374

JUÇARA MARIA DE FRANÇA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR NA EJA: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO FERNANDES DE LIMA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 26 de Abril de 2014.

Verônica Pessoa da Silva

Professora Dra. Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)

Rosilene Agapito da Silva LLarena

Professora Ms. Rosilene Agapito da Silva LLarena / UEPB
(Examinadora)

Valdecy Margarida da Silva

Professora Dra. Valdecy Margarida da Silva / UEPB
(Examinadora)

À Deus, Pai todo Poderoso Criador do céu e da Terra, à minha família, base da minha vida, ao meu amado esposo e todos que com amizade me ajudaram, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador do Céu e da Terra, o Mestre dos mestres, por em sua bondade e misericórdia infinita enviar seu Espírito Santo de amor e discernimento, que me orientou e me deu confiança e perseverança nos momentos de dificuldades.

À Virgem Maria, minha mãezinha do céu, por sua constante intercessão em minha vida.

À minha família, que em todos os momentos esteve ao meu lado. Em especial a minha mãe, Maria das Neves França, que sempre me apoiou e me incentivou em meus sonhos e projetos, acreditando sempre em minha vitória. Aos meus irmãos, Maria Franciscana e Júlio, que sempre torceram por mim.

Ao meu amado e tão querido esposo e companheiro, por sua amizade, carinho, dedicação e compreensão em minhas ausências e nos momentos de estresse me confortar e me dar segurança e incentivo.

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo constante. E aos meus colegas de Universidade, que tornaram o curso um ambiente agradável de parceria, respeito e amizade.

A todos os professores, pela partilha de conhecimentos. Em especial a minha orientadora, professora Dra. Verônica Pessoa da Silva, que com seu jeito afável depositou confiança em mim.

E em fim, a todos que de alguma maneira cooperaram para o alcance desse objetivo.

O diálogo, baseado em sólidas leis morais, facilita a solução dos conflitos e favorece o respeito da vida, de toda vida humana. (Beato João Paulo II)

RESUMO

A evasão escolar nos dias atuais vem assumindo um papel de destaque na problemática da educação brasileira. Na Educação de Jovens e Adultos assume contornos ainda maiores. A emergência desta realidade enfatiza a necessidade de diagnosticar as causas da evasão, apontando estratégias de enfrentamento deste problema na educação brasileira. Neste sentido, assumimos neste trabalho o objetivo de investigar as principais causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, por meio de um estudo de caso, da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima, localizada no município de Capim/PB. Na referida escola tem sido crescente a preocupação de toda a comunidade escolar em relação ao alto índice de evasão, sobretudo na EJA. Além disso, minha atuação nesta escola com a modalidade em questão foi o elemento decisivo na busca de uma compreensão mais apurada acerca das possíveis causas que levam esse alunado, cheio de peculiaridades, a evadir da escola. Nesta construção assumimos, em nosso percurso teórico-metodológico os preceitos da pesquisa qualitativa, utilizando também dados estatísticos e censitários na análise do fenômeno em questão. Embora a evasão seja uma realidade comum a outras escolas do sistema educacional brasileiro, não é possível generalizá-la, fato que fortalece nossa opção por pesquisa estruturada nos moldes do estudo de caso. Os resultados apontam que a ocorrência da evasão está diretamente relacionada a questões como: instabilidade das atividades laborais exercidas pelos educandos da EJA; dificuldade de aprendizagem em seus múltiplos aspectos; distância entre a realidade de vida dos educandos e as exigências da escola formal; ausência de propostas de formação dos educadores que lhes permitam atuar de modo adequado a esta modalidade, acrescidos da falta de motivação por parte dos educandos e da própria escola. Neste sentido, este estudo contribui, ao sistematizar os dados da evasão na escola investigada, para qualificar o debate em torno dos desafios da Educação de Jovens e Adultos na contemporaneidade, favorecendo a busca de meios que possam assegurar a permanência desse alunado em sala de aula, como direito e condição de cidadania.

Palavras-chaves: Evasão escolar – aluno – Educação de Jovens e Adultos

ABSTRACT

The school evasion nowadays is assuming a prominent role in the issue of Brazilian education. In Youth and Adult Education (EJA) it assumes even greater contours. The emergence of this reality emphasizes the need to diagnose the causes of the evasion, pointing out strategies to face this problem in Brazilian education. With this in mind, we assume in this work the purpose of investigating the main causes of school dropout in Youth and Adult Education (EJA), through a study of case, the Municipal School of Elementary and Secondary Education Deputed João Fernandes de Lima, located in the municipality of Capim / PB. In this school has been growing concern for the whole school community in relation to the high evasion index, especially in the EJA. Also, my performance at this school with the modality in question was the decisive element in the search for a more accurate understanding about the possible causes that lead this student body, filled with peculiarities, circumventing school. In this construction we assume in our theoretical and methodological path the principles of qualitative research, also using statistical and census data to analyze the phenomenon in question. Although avoidance is a common reality to other schools of the Brazilian educational system, it is not possible to generalize it, a fact that strengthens our option of a structured in the molds of study of case research. The results indicate that the occurrence of evasion is directly related to issues such as instability of labor activities performed by students of EJA; learning disability in its multiple aspects; distance between the reality of life of the educated and the demands of formal schooling, absence of proposals for the formation of educators enabling them to act in a manner appropriate to this mode, added the lack of motivation among students and the school itself. Thus, this study contributes to systematize the data of the circumvention in school investigated, to enhance the debate around the challenges of Education for Youth and Adults in contemporary times, favoring the search for paths that might ensure the permanence of these students in the classroom such as law and citizenship condition.

Key words: School Evasion. Youth and Adult Education. Public School.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- TURMAS DE 2010.....	45
QUADRO 2- TURMAS DE 2011.....	46
QUADRO 3- TURMAS DE 2012.....	46
QUADRO 4- TURMAS DE 2014.....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RENDA FAMILIAR MENSAL	51
TABELA 2 – QUANTITATIVO DE MORADORES POR RESIDÊNCIA	52
TABELA 3 – MOTIVOS PARA ESTÁ CURSANDO A EJA.....	55
TABELA 4- PRINCIPAIS CAUSAS DE ABANDONO DOS ESTUDOS.....	57
TABELA 5- DIFICULDADES PARA CONTINUAR ESTUDANDO.....	58
TABELA 6- DISCIPLINA QUE TEM MAIS DIFICULDADE DE ENTENDER.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - GÊNERO DOS ENTREVISTADOS	48
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA.....	49
GRÁFICO 3 – COR/RAÇA	50
GRÁFICO 4 – ESTADO CIVIL	50
GRÁFICO 5 – RESIDÊNCIA	52
GRÁFICO 6 – EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA.....	53
GRÁFICO 7-GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS.....	54
GRÁFICO 8-REPROVAÇÃO.....	55
GRÁFICO 9- ACESSO AO COMPUTADOR E INTERNET.....	56
GRÁFICO 10- JÁ PENSOU EM ABANDONAR OS ESTUDOS	56
GRÁFICO 11- PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O FEZ RETORNAR AOS ESTUDOS NA EJA.....	58
GRÁFICO 12- PRETENSÃO DE CONTINUAR ESTUDOS	59
GRÁFICO 13- .AVALIAÇÃO PESSOAL DOS ALUNOS SOBRE A EJA DA ESCOLA JOÃO FERNANDES DE LIMA	59
GRÁFICO 14 – AVALIAÇÃO PESSOAL DOS ALUNOS SOBRE A OS ALUNOS DA EJA.....	60
GRÁFICO 15 - A EJA PREPARA O ALUNO PARA O MERCADO DE TRABALHO?.....	61

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIações

CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB- Câmara de Educação Básica
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE- Conselho Nacional de Educação
CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNEJA- Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos
CONFINTEA- Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPC- Centro de Cultura Popular
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ENEJA- Encontro Nacional da EJA
EREJA- Encontro Regional da EJA
Fundação EDUCAR- Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT- GRUPO DE TRABALHO
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituição de Educação superior
INEP- Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais
LDBN- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MCP- Movimento de Cultura popular
MEB- Movimento de Educação de Base
MEC- Ministério da Educação
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
NMS- Novo Movimento Social
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG- Organização Não Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
ORELAC - Oficina Regional de Educación para América Latina e El Caribe
PAS- Programa da Alfabetização Solidária
PB- Paraíba
PNA- Plana Nacional de Alfabetização
PNAD- Plano Nacional por Amostra de Domicílio

PNE- Plano Nacional de Educação

RAAAB- Rede de Apoio a Ação Alfabetizadora do Brasil

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SITUANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	19
2.1 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES DA EJA: BREVE HISTÓRICO.....	19
2.1.1 A EJA durante e depois da ditadura militar.....	24
2.2 MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	27
2.2.1 A Educação de Jovens e Adultos e os ENEJA's.....	30
2.3 A EJA NA CONFITEA VI: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	32
3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA: ENTRE NOVOS E VELHOS PARADIGMAS.....	36
3.1 PRESUSPOSTOS TEÓRICOS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR.....	37
3.2 O FENÔMENO DA EVASÃO ESCOLAR NA EJA.....	38
3.3 A EVASÃO ESCOLAR NA EJA: MÚLTIPLOS OLHARES.....	40
4 A EVASÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO FERNANDES DE LIMA.....	44
4.1 SITUANDO NOSSO LUGAR DE FALA E ANÁLISE.....	44
4.2 O FENÔMENO DA EVASÃO NA ÓTICA DOS EDUCANDOS DE EJA.....	48
4.3 NECESSIDADES EDUCATIVAS DOS EDUCANDOS DE EJA: REFORMULANDO AS PERGUNTAS.....	62
4.4 O LEGADO DA EDUCAÇÃO POPULAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES À EJA: EM BUSCA DE RESPOSTAS.....	64
5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICES.....	73

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino repleta de peculiaridades por se tratar de um ensino voltado para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade indicada como própria.

A década de 1940 é um marco para esta modalidade e nos anos subseqüentes vem assumindo um lugar de destaque no contexto das políticas educacionais, com leis que garantem o acesso dos alunados na escola. Segundo Soares (2002) após a ditadura, nas décadas de 1960, 1970 e meados de 1980, em todo país, a Educação de Jovens e Adultos passa por um momento de efervescência que de acordo com os estudos e pesquisas na área provam que o jovem e o adulto têm reivindicado o cumprimento do dever do estado com a educação. Esses jovens e adultos vêm assumindo-se como portadores de direitos.

Mesmo diante destes progressos, como toda modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos enfrenta grandes desafios educacionais e, um deles, é a evasão escolar.

A evasão escolar acontece em todos os níveis e modalidades de ensino e vem tomando proporções grandiosas, aumentando os níveis de exclusão social e discriminação, enquanto ser social e político. Assim, a evasão para todos os profissionais da educação é encarada como uma problemática a ser enfrentada.

Portanto, o objetivo desse trabalho é compreender as causas da evasão escolar junto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima. E para tanto, realizamos um estudo de caso que nos ajudará a entender a percepção dos alunos dessa escola em relação à evasão escolar na EJA. E, para a coleta dos dados, aplicamos um questionário junto aos alunos matriculados com frequência às aulas no ano de 2013.

Contamos, neste estudo, no que diz respeito ao referencial teórico, com alguns autores que abordam esta temática, a exemplo de: no campo da EJA dialogamos com Freire (2005), (2011) e (2013), Soares (1996) e (2002), Paiva (1985), dentre outros. Além desses, consideramos diversos autores da área educacional que, em suas produções acadêmicas descrevem sobre a evasão escolar e suas causas, tais como: Morais (2006), Rebelo e Santos (2010), Silva

(2012), Figueiredo (2006) e as obras de Arroyo (1991), Fernandes (2002), Furtado (2009) e Marchesi e Gil (2004).

Na pesquisa de campo, estruturamos nosso fazer teórico-metodológico tomando como referência os moldes da abordagem qualitativa, considerando, também, elementos quantitativos no que se com relação à análise a evasão escolar nos anos compreendidos entre 2010 e 2013. A pesquisa de campo na visão de Prodanov:

é aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relação entre eles (...). (PRODANOV, 2013, p.59)

A pesquisa de campo procura o aprofundamento das questões, em seu planejamento apresenta flexibilidade e estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social. (Gil 2002, p. 53)

Além disso, situamos nosso estudo na perspectiva do estudo de caso. Prodanov, (2013, p.60) afirma que “o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”.

Desse modo, estruturamos este estudo em quatro capítulos, acrescidos das considerações finais. Além desse capítulo que situa o leitor, o capítulo apresenta uma contextualização histórica da Educação de Jovens e Adultos, situando esta modalidade no âmbito de seu marco legal. Neste percurso histórico registramos os avanços da EJA no Brasil, refletindo sobre a contribuição dos ENEJA's, a partir do surgimento do movimento dos Fóruns de EJA e, ainda, ressaltamos os desafios atuais no que tange ao cumprimento das metas estabelecidas na VI CONFINTEA.

No terceiro capítulo abordamos, por meio de uma perspectiva conceitual, a questão da evasão escolar e seus pressupostos teóricos, destacando a incidência deste fenômeno na Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, ficou esclarecido que a existência da evasão nas salas de EJA deve ser considerada para além do que expressam os números, uma vez que representam histórias de vida e de direitos negados.

No capítulo seguinte, destacamos o caminho percorrido para alcance dos objetivos; dos resultados e discussões decorrentes da pesquisa de campo. Situamos nosso lugar de fala e análise a partir diversos esclarecimentos quanto à escola pesquisada, buscando, neste intento, compreender os índices de evasão que marcam esta escola. E para tanto foi realizada a avaliação de dados referentes aos anos de 2010 a 2013, com o objetivo de favorecer a uma visão mais detalhada da evasão na modalidade de EJA no referido contexto.

Ainda discutimos o fenômeno da evasão na ótica dos educandos de EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima, através da pesquisa de campo, que nos proporcionou fazer uma análise específica da problemática. Isto nos levou a perceber que a evasão escolar na escola citada assume caráter não apenas pedagógico, mas também política, econômica e social.

Por fim, apresentamos as considerações conclusivas, a que nos foi possível chegar, a partir dos apontamentos da pesquisa.

2 SITUANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo recuperamos traços da história da Educação de Jovens e Adultos e como esta vem se dando no Brasil, desde o período Colonial, passando pelo Brasil Império e criando forma durante toda sua trajetória. Também tratamos relação desta modalidade educativa com os movimentos populares, cuja influência permitiu a essa modalidade um novo pensar e novo significado. Para favorecer a nossa análise, abordamos a história da EJA a partir de dois subitens que incorporam o antes e o depois da ditadura militar de 1964.

Recuperamos, ainda, o marco legal que permitiu os avanços da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao longo do seu percurso. Refletimos, sobretudo, sobre a contribuição dos ENEJA's¹ a partir do surgimento dos Fóruns² de EJA do Brasil.

Apresentamos ao final destas indicações os progressos enfrentados pela EJA desde a V CONFINTEA, bem como as metas a serem alcançadas e os desafios a serem superados. A luz da VI CONFINTEA, ressaltamos os desafios atuais da EJA.

2.1 Fundamentos e concepções da EJA: breve histórico

Considerada um processo educativo renovado e contínuo, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, requisita desde sua gênese, a necessidade de uma formação adequada para o trabalho em sala de aula, em qualquer nível em que ocorra essa intervenção, e, sobretudo, uma atenção às características específicas dos educandos trabalhadores matriculados nas turmas ofertadas a este público. A Educação de Jovens e Adultos, como política pública, vem se construindo ao longo da história dessa modalidade educativa, embora que com nuances e facetas diferenciadas.

¹ Os ENEJA's são encontros que ocorrem anualmente reunindo educandos, educadores, gestores, pesquisadores e militantes da EJA, com vistas a discutir, avaliar e propor políticas públicas para este segmento educacional.

² Os Fóruns de EJA, por sua vez, são organizações e movimentos que professam a voz de diversos atores vinculados a EJA, com objetivo principal políticas públicas apropriadas para a EJA (SILVA, 2008).

No período do Brasil Colônia, em que a população adulta só recebia educação para doutrina religiosa, a catequese dos Padres Jesuítas, assumiu um caráter muito mais religioso que educacional.

Inicialmente, a atividade educacional jesuítica centrava-se na catequese. Havia aquela grande concentração de aborígenes ateus e era preciso torná-los cristãos, aumentando assim o quartel de servidores da fé católica na Terra. Nesse mesmo esforço, incluía-se a educação dos colonos e seus descendentes (FERREIRA, 1996, p.49).

Para Rebelo e Santos (2010) essa alfabetização para adultos era dada com a finalidade de instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Para os autores essa concepção foi adotada para que os índios fossem catequizados, os colonos lessem o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, e mais adiante os trabalhadores, diante das exigências impostas pelo estado pudessem cumprir suas obrigações.

Durante o período colonial, não se falava em uma educação voltada apenas para adultos, mais sim em uma educação religiosa, cuja intencionalidade era muito mais a de catequizar que alfabetizar. Segundo Paiva:

As atividades educativas em terras brasileiras se iniciaram com a chegada dos primeiros jesuítas (1549), encarregados pela Coroa portuguesa de cristianizar os indígenas e de difundir entre eles os padrões da civilização ocidental cristã. (PAIVA, 1985, p.56).

Ferreira (1996), afirma que a catequese tinha a intenção de combater o protestantismo que durante a reforma Luterana ganha espaço entre os cristãos na Europa. Os jesuítas tinham como principal objetivo utilizar-se do processo educacional para manter os dogmas e crenças da Igreja Católica, e buscar a conversão do povo indígena do Brasil.

No Brasil Império, por sua vez, a adoção de algumas reformas educacionais permitiu aos adultos analfabetos estudar no ensino noturno. Assim, durante muito tempo, as escolas noturnas representavam a única forma de educação de adultos praticada no país. Segundo Paiva (1985):

Com relação à educação dos adultos, ela se desenvolveu de forma precária e irregular a partir de 1870, quando quase todas as províncias criam escolas noturnas. A criação de tais escolas, entretanto, estava (com algumas exceções) ligada à valorização da educação em si mesma, sem considerar o seu aspecto instrumental e sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população à qual eram destinadas (PAIVA, 1985, p. 75).

Assim, ao que se pode constatar a educação neste período da história da humanidade estava restrita a uma minoria e não tinha uma preocupação com as necessidades daqueles a quem ela era destinada. Segundo a UNESCO (2008) até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população. Só em 1872 foi realizado o primeiro censo nacional no Brasil. Neste censo foi constatada uma taxa de analfabetismo de 82,3% das pessoas com idade acima de cinco anos de idade (UNESCO, 2008).

Este quadro nos leva a constatação de que nesse período não se tinha nenhuma preocupação com a educação das pessoas adultas, nem mesmo havia programas destinados à alfabetização de adultos. A falta de investimento fez com que esta realidade pertencesse estática, uma vez que após a proclamação da república, em 1890, outro censo foi realizado, diagnosticando a proporção anterior de analfabetos.

Contudo, no início do período republicano, aconteceu uma preocupação maior por parte dos políticos e intelectuais que, em seus discursos, passaram a classificar o analfabetismo como uma vergonha nacional e, creditando à alfabetização, o poder da elevação moral e intelectual do país e de regeneração da massa dos pobres brancos e negros; a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas (UNESCO, 2008).

Mesmos assim, para além dos discursos, nada de significativo nesse período foi realizado para que a taxa de analfabetismos no país mudasse. Só a partir de 1930 que a história da educação para adultos passa a ser reconhecida pelo sistema público de educação elementar no país, devido a grandes transformações vividas pela sociedade, transformações essas associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos (BRASIL, 2001).

Neste contexto, era oferecido o ensino básico gratuito, através de iniciativas do governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios.

A partir daí, será no início do século XX, em um processo lento mais crescente, que a educação de adultos passa a ser valorizada. Em 1940 ao diagnosticar alto índice de analfabetismo de jovens e adultos acima de 18 no país, em torno de 55%, o governo decide criar um fundo destinado a alfabetização de adultos analfabetos no Brasil. Com isso, a educação de adultos começa a mostrar

sua importância e independência em relação à educação regular, tomando proporções maiores durante o Estado Novo.

Em 1945 com o fim da ditadura Vargas, o Brasil abre um novo horizonte quando as Organizações das Nações Unidas – ONU alerta os países após a II Guerra Mundial, acelerando um processo de integração dos povos, em busca da paz e da democracia. Isso fez com que a educação de adultos ganhasse importância, dentro da preocupação geral com a educação elementar comum (BRASIL, 2001).

Entre os anos de 1947 a 1964 a EJA foi promovida por meio de campanhas. Segundo UNESCO (2008, p.25) “as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947”, nesse momento se estruturou o serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, dando início a Campanha de Educação e Adolescentes e Adultos, chamada de CEAA. Nessa campanha, pretendia-se alfabetizar em um curto período de três meses, além da condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Após o trabalho de alfabetização, seguia-se uma etapa voltada à profissionalização e ao desenvolvimento comunitário. A essa campanha trouxe repercussões para o pensar e o fazer da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Esta Campanha inaugura a indicação de um material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para adultos foi produzido pelo Ministério da Educação, apesar de todas as críticas representou uma inovação na EJA.

Além dessa campanha, outras duas surgiram no mesmo período, sem alcançar muito êxito, a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, no ano de 1958.

A Campanha de Educação de adultos, no final dos anos 50, foi muito criticada, devido aos seus problemas administrativos e financeiros e também à sua orientação pedagógica. Sua Criação abriu um novo questionamento sobre a visão do analfabetismo e cedeu espaço ao novo pensamento pedagógico tendo como referência o educador Paulo Freire. Freire, na contramão das campanhas paliativas para a EJA elabora uma proposta que contribui para o seu repensar, aproximando-a dos princípios e fundamentos da Educação Popular:

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta de para a alfabetização de adultos, inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país nos inícios dos anos 60 (BRASIL, 2001, p. 22).

A nova proposta pedagógica inspirada no pensamento de Paulo Freire inspirou o surgimento de várias iniciativas e movimentos voltados para a aprendizagem de forma significativa como o Movimento de Cultura Popular – MCP. Este teve início em 1960 e foi desenvolvido através da parceria entre a prefeitura de Recife e o Governo de Miguel Arraes. Teve como diretor da divisão de pesquisa e coordenador do projeto de Educação de Adultos, o professor Paulo Freire.

Conforme Ferreira (1996, p.98), esta proposta surgiu no bojo dos movimentos de Cultura Popular, projetos que tinham o intuito de envolver o povo no processo de elaboração de cultura e garantir educação gratuita para todos.

Freire apresenta uma educação de adultos entendida como uma Educação Libertadora. Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, o autor propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que fosse transformando-o através do diálogo (BRASIL, 2001).

Suas reflexões ganham notoriedade porque foi quem melhor sistematizou, organizou, recriou e fundamentou as propostas de alfabetização já pautadas nas campanhas e alternativas para educação de adultos. Tinha como base a conscientização dos educandos e a busca da construção de sentidos a partir da problematização de sua visão de mundo. Freire desenvolvia seu método através de temas geradores a partir do que o povo conhecia, sabiam e que vivenciavam. Cotrim (1993, p.294 *apud* Ferreira 1996, p.96) afirma que.

(...) a pedagogia de Paulo Freire desenvolveu-se com um ato de compromisso com a realidade social, compromisso de luta pelo fim da opressão. Em outras palavras, a educação é entendida como um ato político pelo qual os professores e alunos buscam ampliar seu grau de consciência crítica do mundo, inserindo-se no processo histórico que visa à construção de uma sociedade aberta, livre e justa, autenticamente democrática.

Na metodologia proposta por Freire, o professor é um facilitador se posicionando ao lado do educando não apenas no processo educativo, mais de parceria. Em seu processo de alfabetização os conteúdos selecionados partiam de temas geradores, extraídos da realidade vivencial dos educandos, após a investigação do ambiente e do universo vocabular dos mesmos. O MCP foi extinto em 1964, devido ao Golpe Militar que se contrapunha ao Movimento.

No mesmo ideal por mudanças, é necessário destacar outros movimentos relevantes à época, o Centro de Cultura Popular, Chamado CPC da União Nacional

dos Estudantes – UNE movimento não propriamente de educação e sim de Cultura. Contava com a união de artistas e intelectuais e, o Movimento de Educação de Base - MEB. Este movimento surgiu com a iniciativa da Igreja Católica em 1961, com o objetivo de alfabetizar adultos nos locais com maior índice de pobreza, incluindo o Estado de Minas Gerais e as regiões Norte, Nordeste e o Centro Oeste do Brasil. Neste Movimento o Governo Federal contribuiria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, destinando recursos financeiros para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo.

2.1.1 EJA durante e depois da ditadura militar

Com o golpe militar em 1964 as ações educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais não são bem vistas pelos ditadores, já que estes propunham a realização de uma alfabetização voltada para a libertação, partindo da realidade dos educandos e a partir de exames críticos, da identificação de seus problemas. De acordo com Paiva (1985, p.259)

A multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos direitistas; já não parecia haver mais esperança de conquistar o novo eleitorado [...] a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir dos anos 60 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para a preservação da ordem capitalista. Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por parte dos tradicionais detentores do poder e a ampliação dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras. (PAIVA, 1985, p.259)

Neste sentido, ainda, segundo Soares (1996), com o golpe militar, poucas foram às ações de Educação de Jovens e Adultos, de caráter progressista, que sobreviveram. Princípios de “conscientização” e “participação” como ideário da Educação de Jovens e Adultos, que no período anterior a 1964 tinha caminhado lado a lado com a Educação Popular, tiveram que ser ocultados.

Nesse período da ditadura militar no Brasil, movimentos que atuavam na educação de adultos sofreram repressão e, em 1967, em reação a estes movimentos, é criado o sistema conhecido como Movimento Brasileiro de

Alfabetização, o MOBRAL. Esse movimento tinha como objetivo proporcionar alfabetização a pessoas acima da idade escolar convencional.

Como uma das respostas àquele período de intensa mobilização social, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL. Longe de prosseguir o que era realizado anteriormente pelos movimentos de alfabetização, o MOBRAL centralizou as iniciativas, como órgão de concepção e de execução, restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever. (SOARES, 1996, p.32)

Nesse período em que os movimentos de educação popular foram silenciados e através da ditadura se implanta no país, o MOBRAL ganha expansão. Esse Programa, embora trabalhasse a alfabetização, a partir de temas geradores, estes não advinham da realidade dos educandos, prevalecendo uma uniformização do material utilizado em todo território nacional. Porém, a crítica era a que a problematização da realidade estavam ausentes.

Consta que as orientações metodológicas e os materiais didáticos do MOBRAL reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de início dos anos 1960, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador (BRASIL, 2001).

Mantido por verbas que decorriam das deduções do imposto de rendas e das loterias esportivas o Mobral se espalhou por todo território brasileiro. Apesar de grande investimento feito no Programa o mesmo foi extinto, tanto por ficar muito caro quanto por não realizar mais seus propósitos, além das várias denúncias de corrupção.

Para Ferreira (1996), a grande cartada para a erradicação do analfabetismo com a criação do Mobral, não atingiu seu objetivo, vários foram os problemas encontrados no movimento, seja pela forma como foi encaminhado, seja pela sua proposta que incidia na repetição, na silabação e na dissociação das ideias. O índice de evasão, o baixo aproveitamento, o método ortodoxo, o não alcance do acabamento do analfabetismo, a falta de perspectivas de progresso rápido e a desqualificação de alguns monitores foram algumas das razões de desestruturação do Mobral.

Conforme as Diretrizes Curriculares da EJA do Paraná (2006), com a Nova República, a partir de 1985, o governo federal rompeu com a política de educação de jovens e adultos do período militar, extinguiu o Mobral e criou a Fundação Educar

(Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos). Essa Fundação apoiou técnica e financeiramente algumas iniciativas de educação básica de jovens e adultos, conduzidos por prefeituras municipais e instituições da sociedade civil.

Durante esse período em que a democracia passa por uma reconstrução, muitas experiências de alfabetização ganharam consistência, desenvolvendo os postulados e enriquecendo o modelo de alfabetização conscientizadora dos anos 1960. (GOVERNO DO PARANÁ, 2006).

Em 1990 a Fundação é extinta, criando-se um grande vazio na Educação de Jovens e Adultos no país, passando a responsabilidade de assumi-la aos estados e municípios, que passaram a oferecer programas de alfabetização e escolarização em EJA.

Contudo, no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso é criado o Programa de Alfabetização Solidária. De acordo com Machado (1999) a prioridade desse programa era de levar alfabetização aos municípios que possuíam os maiores índices de analfabetismo, situados nas regiões Norte e Nordeste do país, já que essas regiões tinham as maiores taxas de alfabetismo e o objetivo era que alcançassem a média nacional.

O Programa Alfabetização Solidária funcionava da seguinte maneira:

O Programa se inicia com a realização da seleção e capacitação de alfabetizadores em um mês, passando então para o processo de alfabetização que deverão se dar em cinco meses. À universidade cabe selecionar, capacitar e avaliar o trabalho dos alfabetizadores, tendo para isto um encontro mensal no município de sua responsabilidade. A empresa parceira é responsável pelo pagamento das bolsas dos alfabetizadores, coordenadores e alimentação dos alunos. O MEC se responsabiliza pelo fornecimento e reprodução do material didático e de apoio, seleção do coordenador do município. Os municípios viabilizam espaço físico e mobilizam os alunos. A Comunidade Solidária coordena e articula as ações do programa. (MACHADO, 1999, p 06).

O Programa na verdade era um subprograma da Comunidade Solidária com iniciativa da Primeira Dama, Ruth Cardoso, que o coordenava juntamente com o Programa Comunidade Solidária, estratégia do governo para a gestão das políticas públicas, que desenvolvia programas inovadores. Segundo Santos (2008), o

Programa traduzia a proposta da AGENDA 21³, no que diz respeito ao modelo de parcerias, ao recorrer aos setores privados e a sociedade em geral, contando com os recursos das comunidades locais, de doadores particulares e da “solidariedade” de jovens e leigos alfabetizadores.

O Programa da Alfabetização Solidária, em 1998 foi transformado em ONG com o nome de Alfa Sol e continua atuando na Educação de Jovens e Adultos até os dias atuais, embora em dimensões bastante reduzidas. Atuando na promoção da alfabetização como o Programa Brasil Alfabetizado.

O Programa Brasil Alfabetizado, por sua vez, existe desde 2003 e continua e execução de suas atividades até os dias atuais. Tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida⁴. O Programa conta com a participação do governo, empresas, IES, ONGs, associações e outras organizações de sociedade civil.

Após esta análise, fica evidente que a Educação de Jovens e Adultos oferecida no Brasil tem enfrentado, ao longo de sua história, à falta de continuidade dos programas e ações, sobretudo, devido à insuficiência dos recursos destinados e ausência de uma política pública que articule adequadamente a demanda e a oferta. Sem esquecer o fator político que durante toda a história não teve uma preocupação na construção da EJA como política pública de estado.

2.2. Marco legal da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é um direito assegurado a todos que não tiveram acesso à educação escolar na idade tida como apropriada, no âmbito da lei. Está assegurada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, bem como nas Diretrizes Curriculares para a

³A AGENDA 21 é um agente positivo de globalização no qual a corresponsabilidade e a cogestão são estimuladas (CRESPO, 1998, p. 219-20 *apud* SANTOS, 2008, p.64).

⁴Conferir em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=817

Educação de Jovens e Adultos, Parecer CNE/CEB 11/2000. Além destas instâncias é referendada nos documentos como: Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos - CONFINTEA V (Alemanha, 1997), Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jontien (Tailândia, 1999), Compromisso de Dakar (Senegal, 2000), Plano Nacional de Educação (PNE nº 10.172/01) e a Declaração das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012). Todos estes documentos fundamentam a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Segundo Soares (2002) esse novo saber e pensar sobre a EJA foi construído a partir de práticas de educadores, estudantes de graduação, pesquisadores, coordenadores de programas e demais interessados, superando a legislação existente. As práticas desenvolvidas nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais, nos governos municipais, nas universidades foram dando novo significado à Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Soares a LDB 5.692/71, que pela primeira vez na história da legislação educacional, dedica um capítulo ao ensino supletivo, estabelecendo sua função no Art. 24 como: “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria” (SOARES, 1996, p.32).

O capítulo III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que todos, dos 04 aos 17 anos de idade e todos que não tiveram acesso aos estudos na idade própria tem direito ao ensino público, igualdade de condições para acesso permanência na escola. Todavia, considerando as concepções político-pedagógica que sustentam a EJA, afirmamos que todo tempo é tempo de aprender. Em Soares (2002, p. 11), consta que a legislação anterior – o Parecer 699/72 resguardava esse direito apenas aos pertencentes à faixa etária dos 07 aos 14 anos de idade, esse ensino correspondente ao que se chamava ensino de 1º grau. Assim, os que estivessem fora dessa faixa etária eram obrigados pagar por seus estudos, realizado através de cursos supletivos.

Porém, a Lei de Diretrizes e Base de Educação nº 9.394/96, no art. 37, vem, por sua vez, estabelecer que a Educação de Jovens e Adultos seja destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. A lei também enfoca a gratuidade do ensino, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames. O art. 38 assegura que o sistema de ensino manterá cursos supletivos, que

compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Apesar de a ideia da educação supletiva e compensatória ainda permanecer na oferta da EJA em todo o país, este conceito vem sendo superado a partir do processo de reformulação teórico e conceitual pelo qual a EJA vem passando, sobretudo nos dias atuais.

Com isso, o Conselho Nacional de Educação CNE, em seu Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 apresentam o novo paradigma da EJA que sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo aos princípios da Proporção, Equidade e Diferença.

No que diz respeito às três funções atribuídas a EJA, o Parecer 11/2000, do CNE/CEB, esclarece fala:

A função reparadora não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado - o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos (BRASIL, 2000, p.7).

Assim, ao se pensar em uma educação para àqueles que dela não tiveram acesso na idade apropriada, à educação surge como um meio de inclusão dessas pessoas na sociedade, dando as estas o direito de igualdade. A **Função equalizadora** relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura. (BRASIL, 2000).

Nessa função todos têm o direito a igualdade e possibilidades de desenvolver capacidades por meio da educação oferecida na EJA. A **Função qualificadora** refere-se à educação permanente da EJA, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2000).

Por se tratar de um alunado diferenciado, que não teve acesso a escolaridade em momentos anteriores de sua vida, é preciso repensar e refletir sobre metodologias e práticas educacionais voltadas para realidade e necessidade de cada um, começando pela formação do professor voltada para a realidade das turmas da EJA e repensar um currículo contextualizado e metodologia adequada.

Estas mudanças têm sido impulsionadas pelos diversos movimentos realizados pelos militantes e intelectuais comprometidos com a construção da EJA como uma política pública. Nesse sentido, a realização de encontros e seminários como os EREJA's – Encontros Regionais da EJA e ENEJA's – Encontros Nacionais da EJA, merecem destaque. Além disso, a criação dos Fóruns Nacionais de EJA tem impulsionado as mudanças que a sociedade civil organizada exige.

2.2.1 A Educação de Jovens e Adultos e os ENEJA's

Os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos no Brasil acontecem desde 1996, ano preparatório para a V Conferencia Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA). Segundo Silva (2008), os fóruns surgem com o objetivo de discutir, avaliar e propor políticas públicas para a EJA seja em nível nacional, regional, estadual ou local. Preparativos, estes eram planejados pela UNESCO/ORELAC⁵ e realizados através de seminários regional e nacional, os quais contaram com a participação dos segmentos envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - secretarias estadual e municipal, organizações não governamentais, empresas privadas, universidades, sindicatos, educandos, educandos, gestores públicos, etc -, na época divulgada e articulado pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

⁵ Oficina Regional de Educación para América Latina e El Caribe.

Os ENEJA's são classificados por Silva (2005), como um Novo Movimento Social (NMS), garantindo uma grande representação dos fóruns de EJA em nível nacional. O primeiro fórum de educação de EJA aconteceu no Rio de Janeiro em 1999 (I ENEJA/ RIO). Segundo Silva (2008), o ENEJA/Rio foi considerado um passo na história recente de EJA, impulsionado pelos compromissos assumidos pelo MEC, em nome do governo brasileiro em encontros internacionais. O ENEJA Rio mediante estabelecimento de políticas articuladas de Cooperação entre as esferas de governos e os segmentos governamentais e não governamental, buscou contribuir para que se ampliasse e também melhorasse a qualidade da educação de jovens e adultos ofertados no Brasil (ENCONTRO, 1999, apud SILVA, 2008). Para Silva (2005, p.57) “esse encontro significativo para uma mobilização nacional em prol da EJA, bem como para a criação de outros fóruns”. Teve Como tema: “Em busca de uma política integrada de educação de jovens e adultos: articulando atores e definindo responsabilidades” (HAMBURGO, 1997, apud SILVA, 2005, p.56).

No ano de 2000, aconteceu o II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado na Paraíba, na cidade de Campina Grande no período de 07 a 09 de setembro. Realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, pela Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB) e pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba. Considerado o desenvolvimento do que foi discutido no ENEJA/Rio, o Encontro de Campina Grande “(...) buscou a ampliação e melhoria da qualidade de educação de pessoas jovens e adultas” (SILVA, 2008, p.44).

Em 2001 acontece o III Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, agora em São Paulo, este encontro ocorreu nos dias 5 e 6 de setembro. Este encontro trouxe a discussão em torno dos compromissos assumidos pelo Brasil na V CONFINTEA e em Dakar (2001), além das estratégias para alcançarem as metas do Plano Nacional de Educação (*ibid.*).

O IV ENEJA foi realizado em Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte no período de 21 a 24 de Agosto de 2002 e teve como tema: “Cenários em mudança”. Para Silva (2008, p.47) este tema discute “o fato de que a conjuntura nacional e internacional delicada, de mudanças e incertezas estão e continuarão tendo fortes reflexos na Educação de Jovens e Adultos”.

Em 2003 acontece o V ENEJA, em Mato grosso do Sul na cidade de Cuiabá nos dias 3, 4 e 5 de setembro, com o tema central “Educação de Jovens e Adultos

para a Cidadania: Comprometimento e continuidade”. O VI ENEJA é realizado no Rio grande do Sul, na cidade de Porto Alegre no período de 8 a 11 de setembro de 2004. No VI o tema escolhido foi: “Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade”. O VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos teve sua abertura em Brasília e as demais atividades em Luziânia em Goiás. Aconteceu no período de 31 de agosto a 03 de setembro de 2005, tendo como tema central da discussão: “Diversidade na EJA: papel do estado e dos movimentos sociais políticas públicas”. O VIII ENEJA foi realizado em Pernambuco na cidade de Recife no período de 30 de agosto a 02 de setembro de 2006, este encontro teve como tema: “EJA - uma política de Estado: avaliação e perspectivas” (*ibid.*).

O último Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos foi XIII ENEJA que aconteceu na cidade de Natal no Rio Grande do Norte de 10 a 13 de setembro com o tema: Políticas públicas em EJA: “conquistas, comprometer e esquecer”.

Os fóruns nacionais da EJA, em todos os encontros, têm o objetivo de buscar melhorias para a Educação de Jovens e Adultos e um fortalecimento de políticas públicas e diálogo para essa modalidade de ensino. Silva (2005, p.67) esclarece que “os fóruns de EJA, configuram-se como importantes espaços para viabilização de políticas públicas para a educação dos jovens e adultos deste país”.

2.3 A EJA na CONFINTEA VI: desafios contemporâneos

O movimento das Conferências Internacionais da Educação de Adultos tem inegáveis repercussões para as mudanças pelas quais a EJA vem passando. Mas, para compreender esta relação, torna-se necessário entender o que é a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) e para que esta foi criada.

A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) é o maior evento internacional de Educação de Adultos. Realizada desde 1949, acontece a cada 12 anos pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada com o objetivo de debater e avaliar as políticas

implantadas em âmbito internacional para essa modalidade de educação e traçar as principais diretrizes que nortearão as ações neste campo (BRASIL, 2009).

Até o presente momento já foram realizadas um total de seis CONFINTEA's: a 1ª pela Dinamarca na cidade de Elsinore, a 2ª pelo Canadá na cidade de Montreal em 1960, no Japão foi a 3ª na cidade de Tóquio em 1972, a França recepcionou a 4ª CONFINTEA no ano de 1985 na cidade de Paris, a Alemanha em Hamburgo a 5ª em 1997 e a 6ª o Brasil na cidade de Belém do Pará em dezembro de 2009, o primeiro país latino americano a sediar o evento (BRASIL, 2009).

Na CONFINTEA VI realizada no Brasil priorizou alguns pontos:

(..) que a aprendizagem ao longo da vida constitui 'uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante de visão de uma sociedade do conhecimento'. Destacou a sua compreensão da natureza intersetorial e integrada da educação e aprendizagem de jovens e adultos, a relevância dos processos formais, não formais e informais e a sua contribuição fundamental para o futuro sustentável do planeta. (UNESCO, 2010)

Antecede as CONFINTEA's, a realização de diversos encontros preparatórios. No Brasil esse processo preparatório a VI CONFINTEA realizou um amplo debate envolvendo Estado e sociedade civil, através dos fóruns de EJA que congregam educadores/professores de EJA; alunos de EJA; gestores municipais e estaduais; universidades, movimento social e sindical além de muitos outros atores. (BRASIL, 2009)

Neste processo foram realizados: 05 (cinco) Oficinas Regionais de Formação em Organização e Análise de Dados, no mês de fevereiro, que produziram dados para o diagnóstico estadual da alfabetização e da EJA; 27 (vinte e sete) encontros estaduais/distrital, nos meses de março e abril, reunindo em cada um entre 80 e 600 participantes de diferentes segmentos interessados na temática da EJA; 05 (cinco) encontros regionais com cerca de 10 (dez) delegados por estado, realizados no mês de abril de 2008; 01 (um) Encontro Nacional, com 300 participantes, vindos como delegados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal e das representações do GT IntraMEC (que reúne as várias secretarias/órgãos envolvidos na construção da política de EJA), do GT Interministerial, do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e

Adultos – CNAEJA, realizado em maio de 2008 De acordo com o documento (BRASIL, 2009).

A partir de todos os encontros preparatórios, o Brasil produziu um Documento, denominado “BRASIL – Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida”, composto de três partes: diagnóstico nacional, desafios e recomendações para a Educação de Jovens e Adultos. Esse documento foi elaborado a partir do diálogo com a sociedade para servi de orientação geral para a política de educação de jovens e adultos no país. Neste documento nacional preparatório à IV CONFINTEA no Brasil, tinha o objetivo de diagnosticar a realidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e seus principais desafios contemporâneos (BRASIL, 2009).

Neste sentido, é necessário entender o grande desafio que nos remete a alfabetização de jovens e adultos no Brasil e o Documento da CONFINTEA VI nos propõe renovações que vão além da alfabetização, que é um ponto de partida, mais não suficiente para que cada cidadão possa exercer seus direitos de cidadania dando continuidade a sua aprendizagem.

A VI CONFINTEA trouxe como temas assuntos que vão além da alfabetização, como, por exemplo, a relação entre a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável, a concepção popular da educação de adultos e o conceito de “Lifelonglearning”, aprendizagem ao longo da vida, tema central da CONFINTEA (BRASIL, 2009).

Na IV CONFINTEA, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, organismos intergovernamentais e do setor foi revisto com os 144 Estados-Membros da UNESCO, representantes de organizações da sociedade civil, privado os avanços e não avanços da Educação de Jovens e Adultos deste a última CONFINTEA. Reafirmando a educação de adultos como um componente essencial do direito à educação, o comprometimento com a promoção, com urgência e em ritmo acelerado, a agenda da aprendizagem e da educação de adultos. Já que a educação de adultos é um processo diferenciado e com características próprias (UNESCO, 2010).

A IV CONFINTEA vem assegurar direitos imprescindíveis à Educação de Jovens e Adultos e reconhece o papel da aprendizagem ao longo da vida, como um marco conceitual e um principio organizador de todas as formas de educação, reafirmando os quatro pilares fundamentais da educação recomendados pela

Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros (UNESCO, 2010).

Nesse sentido, quando se fala de educação ao longo da vida a VI CONFINTEA em seu documento reconhece que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal (BRASIL, 2009).

É reconhecido também às conquistas e avanços desde o V CONFINTEA mais sem esquecer os muitos desafios que ainda precisam ser enfrentados, sabendo que o exercício do direito á educação de jovens e adultos passa por iniciativas políticas.

A educação ao longo da vida é um marco da IV CONFINTEA, e essa aprendizagem ao longo da vida se inicia com o direito a alfabetização, uma alfabetização voltada para o desenvolvimento, como um instrumento essencial de construção de capacidades, capacidades que levam as pessoas a enfrentar desafios às dificuldades da vida, da cultura, economia e da sociedade.

3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA: ENTRE NOVOS E VELHOS PARADIGMAS

Este capítulo aborda as principais causas da evasão escolar, fenômeno este que traz muitos malefícios a educação e está presente em todos os níveis de ensino e, de forma expressiva, na Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Assim, embora a evasão esteja presente na educação brasileira, nos tempos atuais níveis de preocupação com seus efeitos têm aumentado consideravelmente, apesar de o Brasil ter assumido, nas últimas décadas, políticas públicas que visam melhorar as condições da educação, principalmente no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos. Todavia, pouco efeito tem surtido.

Para Figueiredo:

Tendo em vista que a evasão escolar é uma realidade presente nas mais diversas instituições de ensino, torna-se um importante objeto de estudo para que seja feita uma análise crítica, com intensão de se proceder a uma tomada de consciência e reflexão em torno dessa problemática que tanto aflige atualmente. (FIGUEIREDO, 2006, p.9)

Este problema está atrelado a fatores, social, político, econômico e cultural, podemos dizer que é um impedimento para que a educação brasileira se realize com plenitude e alcance seus objetivos de cidadania.

Nesse sentido Fernandes (2002) afirma que parte grande da produção e dos estudos a respeito da evasão escolar, está voltada para a Educação Infantil. Por outro lado, é na Educação de Jovens e Adultos que a evasão e a repetência ocorrem de forma mais expressiva. Por este motivo, o autor explicita que:

Esta carência/ausência de estudos acerca do fracasso na escolarização de jovens e adultos assume uma conotação bastante negativa, haja vista que, na escolarização desta clientela, o fracasso escolar se apresenta com muito mais intensidade e complexidade do que na escolarização infantil. (FERNANDES, 2002, p.42).

Ainda de acordo com Fernandes (2002) persiste, no âmbito das produções acadêmico-científicas, a ausência de estudos que tratem da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. A carência destas abordagens se dá, sobretudo pelo fato de que, muitas vezes, pela naturalização da evasão, vista como uma característica da Educação de Jovens e Adultos.

3.1 pressupostos teóricos sobre a evasão escolar

No que se refere às definições de evasão, destacamos os estudos de Amaral e Costa (s/d). Para eles a:

A evasão escolar entende-se, quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo, ou seja, a evasão escolar ocorre quando o aluno deixa a escola e não mais retorna muitas vezes esse abandono se dá pelo simples fato de que a escola já não oferece algo atrativo ou interessante que faça com que o aluno continue a frequentar a escola. (AMARAL e COSTA, s/d).

Para Carmo (s/d) a evasão escolar está presente em todo e em qualquer lugar que se estabeleça a educação escolarizada, ela está presente em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau conforme a classe econômica do aluno ou da sua família.

Segundo Morais (2006), a evasão juntamente com a repetência são problemas que na história da educação brasileira sempre estiveram presentes, tornando-se crônicos e assumindo proporções inaceitáveis em pleno século XXI.

Fernandes (2002) ressalta que a evasão e a repetência caracterizam o fracasso escolar, “dada sua insistência, gravidade e consequência, tem demandado um aprofundo conhecimento de suas causas na perspectiva de se apontar possíveis soluções para este problema”. (FERNANDES, 2002, p.41).

Para Queiroz (2004) esse é um assunto que está na base das problemáticas educacionais, cujo debate no âmbito da educação pública brasileira ocupa, lamentavelmente, um grande espaço no cenário das políticas públicas e em particular da educação nos dias atuais.

Arroyo (1991) afirma que métodos escolares que evitem a evasão e reduzam o grande índice de repetência têm sido criados e efetuados aqui e ali. Mas, que nem mesmo os que se apresentavam com possibilidades de ser uma solução não têm sido capaz resolver o problema. O autor argumenta que devido a problemas sociais enfrentados por alunos do ensino público, a palavra evasão para muitos pesquisadores do assunto deve ser substituída pela palavra exclusão.

Falar em evasão sugere que o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade que lhe era oferecida por motivos pessoais e familiares. Ele é o responsável pela evasão e, conseqüentemente, pela ignorância e pelos efeitos sociais que lhe acarretará essa sua

ignorância ao longo da luta pela sobrevivência. (ARROYO, 1991, p.21-22)

Para este autor recolocar a questão em termos de exclusão, por parte da escola, remete a um aprofundamento do problema, tendo em vista que não deve ser atribuído a alguém, no caso, ao aluno. A exclusão ou negação do saber elementar das classes populares está sendo transferindo apenas para o individuo e sua família, isentando a sociedade de suas responsabilidades e competências. (Arroyo, 1991).

Desse modo, a evasão ou exclusão escolar constitui-se em uma forma de negação de oportunidades. Diversas são as razões pelas quais ocorre à evasão, razões estas de ordem social, político, cultural e principalmente econômica. Tendo em vista que muitos jovens, na idade escolar, têm a necessidade de trabalhar para ajudar na complementação da renda familiar, nas tarefas domésticas e no seu próprio sustento. Como se pode constatar, os motivos são diversos, no entanto, as leis de diretrizes e bases da educação, especificamente, a LDB n. 9.394/96, atribuem às famílias e ao estado deveres inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Todavia, isso não garante a permanência do educando em sala de aula, já que o alunado dessa modalidade de ensino faz parte das classes mais empobrecidas da sociedade e a evasão aparece de forma mais expressiva nessas classes menos favorecidas e marginalizadas. Por este motivo, a evasão escolar fere de forma grave crianças, jovens e adultos em seus direitos, retirando-lhes oportunidades e colocando-os em situação de exclusão social.

3.2 O fenômeno da evasão escolar na EJA

A evasão é um fenômeno que traz muitas dificuldades à educação escolar, está presente em todos os níveis de ensino e conseqüentemente de forma expressiva no ensino de jovens e adultos. Está presente na educação brasileira

desde sempre e continua persistindo, apesar de o Brasil ter assumido nas últimas décadas políticas públicas que visão melhorar e dar mais condições de educação para jovens e adultos.

Assim, mesmo diante de consideráveis avanços, o quadro da evasão escolar na EJA ainda persiste e cresce como consta nas estatísticas educacionais divulgadas sobre essa modalidade de ensino. Isso porque estamos falando de um aluno dotado de peculiaridades.

A evasão ocorre está relacionada a fatores diversificados. Segundo Furtado (2009, p.120) “os problemas que têm contribuído para a evasão escolar na EJA tornaram-se naturais, não causam mais indignação, inquietação e atitude para refletir e buscar a superação dessa realidade”.

Para Soares (1996) de acordo com o contexto histórico no qual está inserida a Educação de Jovens e Adultos, devem-se considerar as características e diferenciações deste universo educacional. Características estas que precisam ser respeitadas e valorizadas, devido ao fato de que o aluno da EJA, em sua maioria, quando retornam a escola apresentam estágios de inseguranças. Para Santos (2002) *apud* Oliveira; Eiterer (s/d) essa insegurança ocorre devido às derrotas vividas ao longo da vivência escolar, cujos fatos podem abalar a autoestima desse aluno, bem como provocar o abandono escolar.

Fernandes (2002) afirma que muitos adultos se culpam por sua não escolarização e se sentem responsabilizados por isso. Essa culpa atribuída a si mesmo é um reflexo da baixa autoestima e de sentimentos de inferioridade que transpassam o mundo dessas pessoas. Diante disso Fernandes (2002, p. 44) ressalta que “a tese de culpabilidade ou responsabilidade do indivíduo adulto pelo fracasso na escolarização, porém, é rejeitada quase que unanimemente entre estudiosos da Educação de Jovens e Adultos”.

Nesse contexto, a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos pode ser registrada como um abandono por tempo determinada ou não. (Campos (2003) *apud* Oliveira e Eiterer (s/d)).

Esse tempo em que o aluno passa distante da escola, compreendido como evasão, causa danos irreparáveis à vida escolar do educando. Furtado (2009) argumenta que esses jovens têm vivido um processo de escolarização pautado em relações de desigualdade, expressa pelos altos índices de evasão, abandono e repetência.

É, neste sentido, que Furtado (2009) esclarece que a evasão, juntamente com a repetência, tem resultado no fracasso escolar:

É o fracasso escolar que tem marcado o processo de escolarização desses jovens, comprometendo a sua condição juvenil por uma situação social de poucas oportunidades e que representa um problema muito maior, denominado exclusão social. [...] Essa exclusão social, vivenciada por esses jovens, e que faz parte do nosso cotidiano, tem se tornado invisível aos nossos olhos. (FURTADO, 2009, p. 69-70).

Essa realidade de exclusão social que parece invisível aos nossos olhos, está visível em dados do censo escolar. De acordo com Censo Escolar (INEP, 2013), essa é uma realidade que começa e pode ser percebida desde o processo de matrícula realizada nessa modalidade de ensino.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ano de 2012, constata-se a queda a matrícula nos últimos anos em torno de 3,4%, representando menos de 139 mil alunos no período 2011-2012. (INEP, 2013).

Isso significa que os números são objetivos, segundo dados da Pnad/IBGE 2011, o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequenta a escola e não têm o Ensino Fundamental completo. (INEP, 2013), caracterizando um número surpreendente e preocupante de evadidos que nos levam a refletir sobre o porquê de milhões de pessoas não terem concluído o Ensino Fundamental, com repercussões para o Ensino Médio e para a própria EJA.

A evasão nesta modalidade, como possível observar, é um fato real, uma realidade e preocupação que incomoda todos os envolvidos com o compromisso de educar. Isto faz emergir a necessidade de que medidas sejam adotadas. Urgente criar técnicas e práticas educacionais que ajudem a permanência desses alunos na escola e lhes dê condições de continuidades.

3.3 A evasão escolar na EJA: múltiplos olhares

A evasão escolar durante muito tempo vem preocupando profissionais da educação, assolando todos os níveis educacionais. Queiroz (2011) apud Silva (2012) descreve que a evasão escolar vem ocupando um papel de grande importância nas discussões e em pesquisas educacionais no Brasil e que, esse

problema não é apenas de algumas unidades escolares, mais está na ordem dos problemas que ocorrem em âmbito nacional.

A repetência é um dos fatores que muito tem contribuído para o aumento da evasão escolar. Para muitos estudiosos é um fator agravante que expressa, de certo modo, um desinteresse e desmotivação do alunado, levando a evasão de fato.

Para Marchesi e Gil (2004) a repetência assume caráter pedagógico, social, administrativo e financeiro se tornando ineficaz no processo de escolarização. Pedagogicamente, a repetência é baseada em uma série de premissas, dentre as quais se destaca a que o aluno que não atingiu as habilidades necessárias, tem que retomar o mesmo caminho que o fez fracassar e começar tudo de novo. Por isso:

Socialmente, a repetência reforça o círculo vicioso das baixas expectativas, do baixo rendimento, da baixa autoestima e do fracasso escolar. [...] Administrativa e financeiramente, a repetência é um grande gargalo e significa um enorme desperdício de recursos. Contribui direta e indiretamente à ineficácia do sistema escolar, consumindo recursos que poderiam ser destinados para cobrir os déficits quantitativos e qualitativos que convergem na falta de acesso, no mau ensino, no abandono e, finalmente, na própria repetência. (MARCHESI E GIL, 2004, p.39)

Para Silva (2012) a repetência no Brasil, leva a outros problemas. O autor cita a distorção idade/série e o fracasso escolar como constituintes deste fenômeno. Para ele a evasão está relacionada a fatores internos e externos a escola, mas que ambos precisam ser considerados em uma investigação que se coloque como esclarecedora desta problemática:

É lícito acentuar que as pesquisas e os estudos que analisam a evasão escolar apontam para duas diferentes abordagens teóricas, a primeira das quais explica a situação como base nos fatores externos à escola, enquanto a segunda se pauta nos fatores internos da instituição escolar. (SILVA, 2012, p.05).

O autor enfatiza que os fatores denominados como externos são os obstáculos e as dificuldades encontradas pelos educandos no decorrer de seu dia-a-dia, como o trabalho, as desigualdades sociais, as drogas e as relações familiares. Já os fatores internos são aqueles encontrados no ambiente escolar. (Silva, 2012)

Segundo os estudos de Falcão (s/d);Rebelo e Santos (2010) em suas pesquisas sobre as causas da evasão escolar, constataram que na visão dos educandos da EJA, as causas da evasão escolar se dão por vários motivos, os mais citados são: o *trabalho*, considerando a difícil tarefa de conciliar trabalho e estudo.

Muitos alunos evadem e atribuem ao trabalho o motivo principal, bem como a necessidade de trabalhar para se manter e ajudar na renda familiar. Além disso, citam a *falta de incentivo por parte dos professores* como outra barreira a ser superada, uma vez que na EJA a afetividade na relação entre educador e educandos é um elemento que se destaca. Outro motivo apontado é a *inadequação dos conteúdos* que desestimulam a aprendizagem, devido a distância em relação realidade dos educandos.

Estas questões são abordadas por Freire (2005), em suas reflexões sobre o que denomina de educação “bancária”. Esta concepção considera os educandos como um depósito de conteúdos que recebem, passivamente, os conhecimentos escolares, durante sua trajetória na escola, sem questioná-los ou mesmo sem refletir sobre sua aplicabilidade em seu contexto existencial. Freire afirma que:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2005, p.66).

Carmo (s/d), recuperando a visão dos educandos, destaca outro motivo que tem causado evasão escolar na modalidade da EJA. Trata-se do não reconhecimento dos jovens e educandos enquanto sujeitos de direito. Nesta mesma direção discorre Furtado (2009) ressaltando que:

As iniciativas do Governo para a Educação Básica têm sido cada vez mais massificadas, atingindo maior número de pessoas em termos de acesso e de lugar nas escolas, mas desconsiderando a qualidade e a eficiência de uma proposta que considere o ser humano como sujeito de direitos, o que tem resultado nocrescente número de evasão. (FURTADO 2009, p. 65)

Nesta direção, Falcão (s/d) afirma que diante dos debates e embates educacionais, as nossas escolas não estão preparadas para atender EJA, pois estas não foram pensadas e nem planejadas para essa modalidade de ensino.

Soares (1996), por sua vez, aborda a educação de jovens e adultos, caracterizando-a como fruto da exclusão e da desigualdade social e afirma ainda que: “São demandatários da educação de jovens e adultos aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, os que foram reprovados, os que se evadiram, os que precisam trabalhar para auxiliar a família (...)” (SOARES, 1996, p.28).

Esses educandos voltam à escola trazendo na bagagem uma série de desafios que precisam ser enfrentados, mas que, muitas vezes, não são enxergados pelas instituições de ensino. É nesse sentido que os educandos da EJA precisam de reconhecimento, de serem enxergados e valorizados como sujeitos dotados de direitos e igualdades, pois muitos evadem da escola por não se sentirem considerados.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 assegura o direito desses jovens e adultos a ter acesso à educação, sem exclusão.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Esta legislação assegura à inclusão aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria e que por vários motivos ficaram impossibilitados de estudar.

4 A EVASÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO FERNANDES DE LIMA

4.1 SITUANDO NOSSO LUGAR DE FALA E ANÁLISE

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio João Fernandes de Lima, está localizada na zona urbana da cidade de Capim, a 52 km da capital do estado João Pessoa-PB. O município de Capim-PB está localizado na microrregião do litoral norte, com uma população estimada em 2013 de 6.082 habitantes (IBGE, 2010). A cidade foi emancipada no dia 29 de abril de 1994, sendo sua instalação em 01 de janeiro de 1997.

A escola recebeu esse nome em homenagem ao Deputado João Fernandes de Lima. Criada pelo Decreto municipal nº 29/88 de 21 de março de 1988, na gestão do prefeito constitucional da cidade de Mamanguape, Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, com recursos do MEC/FNDE.

A escola atende ao Ensino Fundamental, do 2º ao 9º ano, Ensino Médio, 1º ao 3º ano e a Educação de Jovens e Adultos- Ensino Fundamental. A escola tem um funcionamento de três turnos, manhã, tarde e noite. O seu alunado são crianças, adolescentes, jovens e adultos. É composta por 09 salas de aula e uma sala de apoio atende crianças com dificuldade de aprendizagem, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 cozinha com dispensa, 01 biblioteca, 01 sala de professores, uma sala de informática, um depósito de materiais pedagógicos, um quiosque para eventos e seis banheiros.

Em seu quadro de funcionários a escola conta com trinta e oito professores, três supervisores, uma secretária, três agentes administrativos, um diretor geral, três diretores adjuntos, um porteiro, dois vigilantes, três bibliotecárias, três merendeiras, seis auxiliares de serviço, dois assistentes escolar⁶.

No que se refere à matrícula, tomando como base o ano de 2013, identificamos que o número total de matrículas realizadas na Escola João Fernandes de Lima foi de 839 alunos, sendo que o número de matrículas na EJA não foi informado pela escola. Por este motivo, deteremos nossa análise, com relação ao ano de 2013, a 5ª e 7ª séries.

⁶ Os dados contidos nesta descrição foram coletados em documentos da escola campo de pesquisa, uma vez que a mesma encontra-se em processo de reformulação de seu Projeto Político Pedagógico.

Na Escola Municipal João Fernandes de Lima a evasão escolar está presente, assim como em todas as escolas. Na composição de dados em relação a esta questão, abarcando os anos de 2010 a 2013, temos uma visão mais detalhada da evasão na modalidade da EJA na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima.

QUADRO 01- TURMAS DE 2010

Turmas (séries)	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Não compareceu	Evasão (%)
2ª	7	3	–	4	–	–	57
3ª	3	–	–	3	–	–	100
3ª e 5ª	8	8	–	–	–	–	
4ª	15	8	1	6			40
5ª	14	9		5			36
6ª	44	9	6	29			66
8ª	46	20	12	13		1	28
Total	129	49	19	60		1	47

Fonte: Dados da Secretaria da Escola Municipal João Fernandes de Lima (2010)

No ano de 2010, a evasão escolar na Escola Municipal João Fernandes de Lima foi considerável, conforme mostra o quadro 01, dos 129 alunos matriculados na EJA, 61 desses alunos evadiram-se, ou seja, uma evasão no total de 47%. Conforme é possível observar, o número de matrículas nas séries iniciais é baixo, mas não deixa de ser preocupante. Podemos perceber também que na 6ª série o número de alunos aumenta, perfazendo um total de 44 alunos, mas se percebe que a evasão nessa série chega a 66%. Na análise geral do quadro apresentado é possível observar que, no ano de 2010, a evasão escolar aconteceu de forma expressiva na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima.

O quadro 02 também nos permite avaliar o nível de evasão escolar no ano de 2011.

QUADRO 02 – TURMAS DE 2011

Turmas (séries)	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Não compareceu	Evasão (%)
5ª	41	20	12	8		1	22
6ª	42	19	5	15		3	43
7ª	38	27	6	5			13
8ª	50	33		10		7	34
Total	171	99	23	38		11	29

Fonte: Dados da Secretaria da Escola Municipal João Fernandes de Lima (2011)

No ano de 2011, a Escola João Fernandes de Lima, conforme o quadro 02, do 5ª a 8ª série teve-se um total de 171 alunos matriculados, o que resultou em um percentual de 29% de alunos evadidos. Observamos, com isso, que a evasão permanece como registro e dado preocupante na escola. Salientamos, contudo, que nas séries iniciais este número é mais alto. Já na 6ª série a evasão chega a 43% dos alunos matriculados. Na 8ª série a evasão chega a uma porcentagem de 34% de alunos matriculados, o que mostra que, a cada, ano o problema continua.

QUADRO 03- TURMAS 2012

Turmas (séries)	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Não compareceu	Evasão (%)
7ª	48	25	11	11		1	25
8ª	35	27		8			23
Total	83	52	11	19		1	24

Fonte: Dados da Secretaria da Escola Municipal João Fernandes de Lima (2012)

No ano de 2012, apenas duas turmas foram formadas na escola, contabilizando um total de 83 alunos matriculados, número bastante razoável para duas turmas. Nesse ano embora a evasão tenha diminuído permaneceu considerável, com um total de 24% de evadidos. Percebe-se, também, que na 7ª série o percentual de evadidos, com 25%, é mais alto que na 8ª série, com 23%, nos levando a observar que o educando evade de forma mais expressiva nas séries anteriores.

Quadro 04- Turmas 2013

Turmas (séries)	Nº de alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Não compareceu	% evasão
5ª	47	7	13	17	1	9	55
7ª	42	25	1	13	1	2	36
Total	89	32	14	30	2	11	46

Fonte: Dados da Secretaria da Escola Municipal João Fernandes de Lima (2014)

O ano de 2013 foi o ano do foco de nossa pesquisa na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima. Intencionamos investigar as principais causas da evasão escolar na referida escola. Ao analisarmos os dados em relação ao ano em questão, ressaltamos que a escola cedeu apenas os dados do 1º ciclo que são 5ª e 7ª série, ficando assim sem dados da 6ª e 8ª série.

De acordo com o quadro de número quatro, percebemos que o ano de 2013 se inicia com um altíssimo índice de evasão. Na 5ª série esse índice chega a um total de 55% de alunos evadidos, um percentual além de elevado, desafiador. Na 7ª série temos um total de 36% de evasão nessa turma. Assim, se considerarmos a evasão ocorrida no 1º ciclo, em 2013, chegaremos a um percentual de 46% de evasão escolar na EJA da Escola Dep. João Fernandes de Lima. Além de expressivos, os números revelam que a evasão escolar tem crescido também a cada ano, na referida escola.

4.2 O FENOMENO DA EVASÃO NA ÓTICA DOS EDUCANDOS DE EJA

Os resultados apresentados abaixo são frutos de uma pesquisa desenvolvida com vistas a compreender a problemática da evasão escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio João Fernandes de Lima. Para tanto, elaboramos um questionário a ser aplicado junto aos educandos de EJA. Este instrumento abordou três tópicos específicos: dados de identificação, dados socioeconômicos e formação

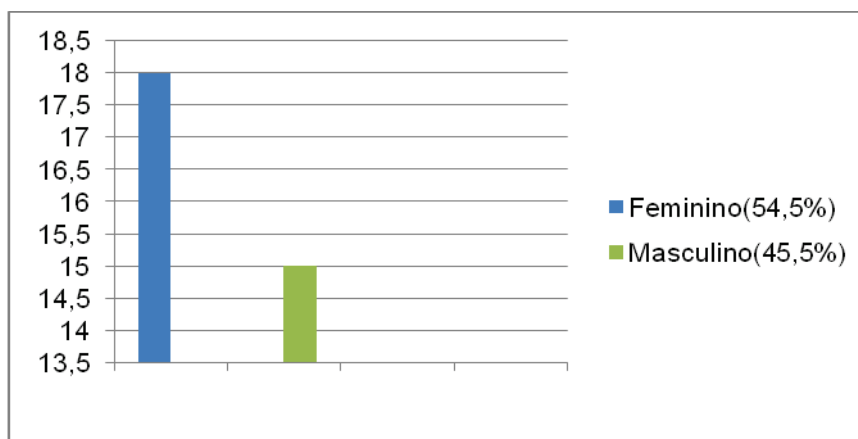
escolar. O mesmo foi aplicado nas turmas do 6^a, 7^a e 8^a séries, segundo ciclo. O período de coleta de dados, neste sentido, realizou nos dias 01 e 06 de novembro de 2013. Contamos, no universo estatístico, com a participação de trinta e três alunos da modalidade da EJA, que aceitaram participar da pesquisa, espontaneamente⁷.

Através dos dados coletados foi possível traçar um perfil da vida profissional, familiar e econômica dos participantes.

Dados de identificação: O primeiro dos aspectos a serem debatidos em função dos dados apresentados diz respeito à identificação dos alunos. Neste tópico foram feitas perguntas de ordem pessoal, como: sexo, idade, cor/raça, estado civil e se alguém tem alguma deficiência física ou mental.

Podemos constatar que o sexo feminino prevalece no ensino da EJA, nessa Escola, com um percentual de 54,5% como nos mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – GÊNERO DOS ENTREVISTADOS



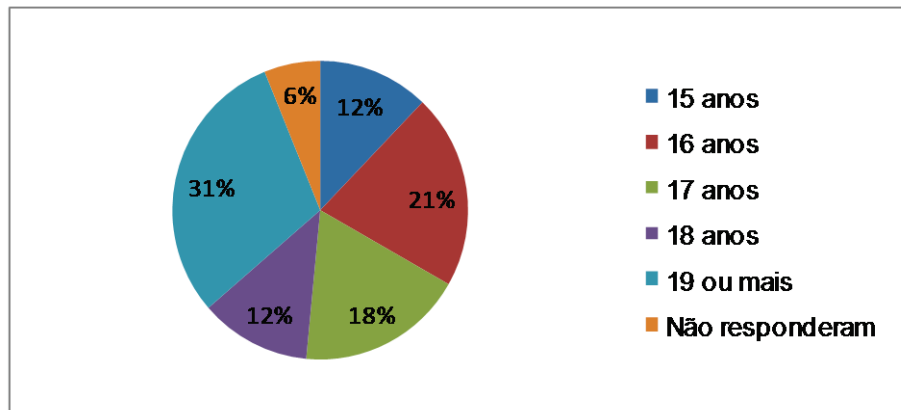
FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Em relação à faixa etária dos alunos, esta se apresenta de forma bastante homogênea. Como podemos ver no Gráfico 2, em sua maioria, os alunos possuem idade igual ou superior a 19 anos (31%). Embora saibamos que a realidade da EJA, na perspectiva geracional, é bastante heterogênea, estas turmas são compostas por alunos jovens, o que de certo modo, explica o processo de juvenilização pelo qual a EJA tem passado nos últimos anos. O estudo de Furtado (2009, p. 51) esclarece que esta realidade deve-se, principalmente: “a presença crescente da juventude na

⁷ Os educandos que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Livre Esclarecimento, consentindo a divulgação de sua identidade, bem como a utilização dos dados apresentados na composição deste estudo.

faixa etária de 15 a 20 anos na EJA é reconhecida como um fato marcado a partir dos anos 1990, resultado não somente das questões sociais, cognitivas, psicológicas e econômicas, mais também do amparo legal”.

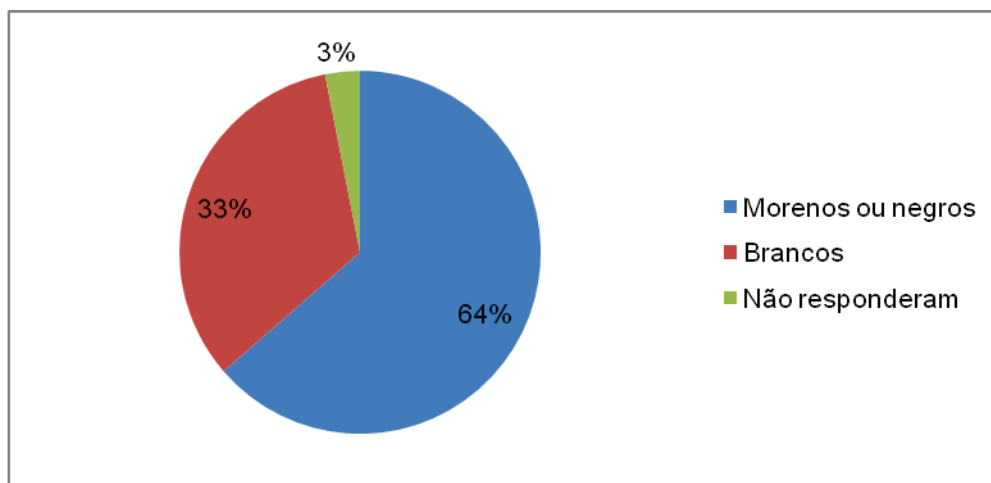
GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Outro aspecto investigado foi à etnia dos participantes. Ao perguntar sobre a cor/raça com a qual se identificavam alunos, em sua maioria, reconhecerem-se como morenos ou negros, com um percentual de 64%, brancos com 33% e 3% não quiseram responder a essa pergunta (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – COR/RAÇA

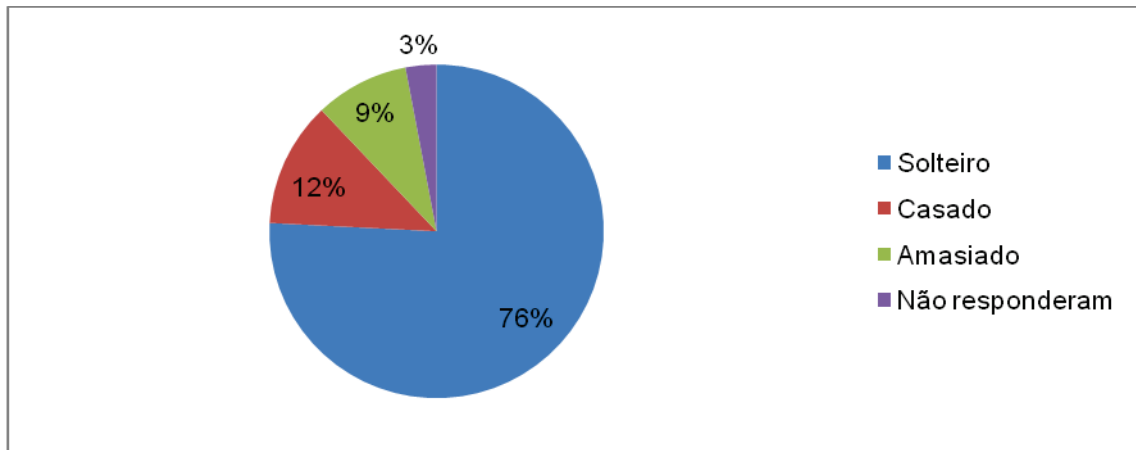


FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Quanto ao estado civil, prevaleceu a indicação de “solteiro” 76%, seguido dos casados (12%) e, por último, os amasiados (9%), conforme registra o Gráfico 4. E,

assim, como na pergunta anterior, um pequeno percentual também não respondeu a esta questão.

GRÁFICO 4 – ESTADO CIVIL



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Ao averiguarmos sobre alguma possível deficiência, todos os participantes declararam-se não possuir qualquer tipo de deficiência.

Dados socioeconômicos: Neste tópico foram feitas perguntas relacionadas ao perfil social e econômico da família do educando, como: renda mensal da família, quantidade de pessoas por residência e, se essa residência é própria ou alugada, se o educando exerce alguma atividade remunerada.

Durante a aplicação dos questionários e através de conversas informais com os alunos da pesquisa, foi possível constatar que, a maioria pertence a famílias simples, sendo alguns filhos de trabalhadores braçais, famílias que tiram seus rendimentos da agricultura e de trabalhos realizados nas diversas usinas de cana de açúcar da região. Outros sobrevivem de programas do Governo Federal e/ou do comércio local. Os rendimentos mensais declarados por esses alunos estão representados na Tabela 1:

TABELA 1 – RENDA FAMILIAR MENSAL

Renda mensal da família	(%)
Um salário mínimo	48,5
Dois salários mínimos	30,3

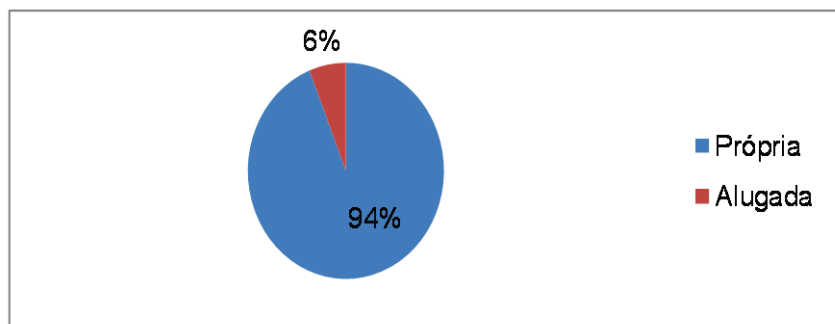
Menos de um salário mínimo	15,2
Mais de dois salários mínimos.	3
Não responderam	3

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Como é possível observar nos dados apresentados na Tabela 1, esses alunos são, em maior percentual (48,5%), provenientes de famílias que tem como renda mensal um salário mínimo ou de dois salários mínimos (30,3%). Mesmo com um percentual menor, 15,2% desses alunos declaram viver com menos de um salário mínimo mensal. Apenas 3% possui uma renda mensal de mais de dois salários.

Quanto à residência, a pesquisa permitiu-nos diagnosticar que 94% dos alunos possuem residência própria e que apenas 6% residem em casas alugadas (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - RESIDÊNCIA



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Ao perguntar o quantitativo de moradores por residência, obtivemos o seguinte:

TABELA 2 – QUANTITATIVO DE MORADORES POR RESIDÊNCIA

Quantidade de moradores	(%)
1 pessoa	3,0
2 pessoas	0
3 pessoas	12,1

4 pessoas	33,3
5 pessoas	18,2
6 pessoas	12,1
7 pessoas	9,1
8 Pessoa	6,1
9 pessoas	0
10 pessoas	6,1

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

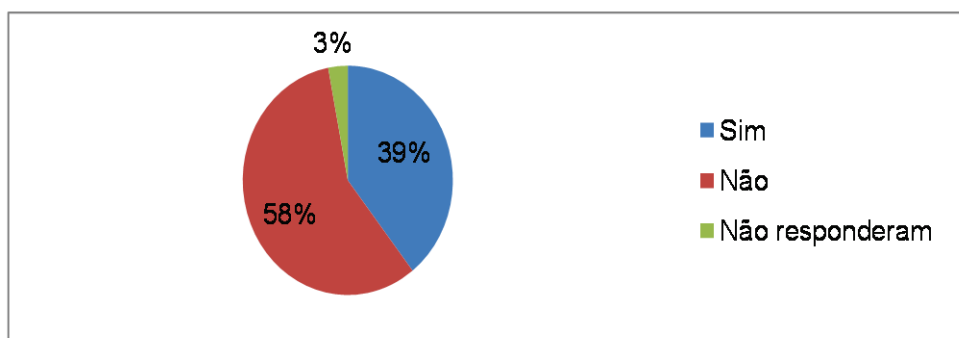
Como podemos observar na Tabela 2, a maioria desses alunos (33,3%) convive com 04 pessoas ou com 05 pessoas, (18,2%), em suas residências. O que nos chama atenção é que o somatório dos alunos que convivem com mais de 06 pessoas em uma casa chega a 33,4%, resultado bastante curioso se considerarmos que mais da metade sobrevive com um salário mínimo ou menos. Isso leva-nos a inferência de que a procura pela EJA também está ligada a renda familiar, levando-nos a inferência de que, famílias com menor renda, oferecem menos possibilidade de estudo aos filhos, na idade apropriada.

Outro ponto que nos chamou bastante atenção é que os alunos, em sua maioria, não exercem nenhuma atividade remunerada, algo que na Educação de Jovens e Adultos é um dos grandes motivos que levam a evasão nessa modalidade de ensino (Gráfico 6).

A este respeito, Silva (2012) afirma que com a necessidade dos jovens trabalharem para ajudar na renda familiar, cada vez mais aumenta o número de jovens que deixam as salas de aulas, aumentando assim o índice de evasão escolar.

Essa hipótese, de acordo com a pesquisa, não ocorre de forma majoritária nessa escola, já que mais da metade (58%) dos alunos participantes da pesquisa responderam não exercer uma atividade remunerada. (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 – EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA

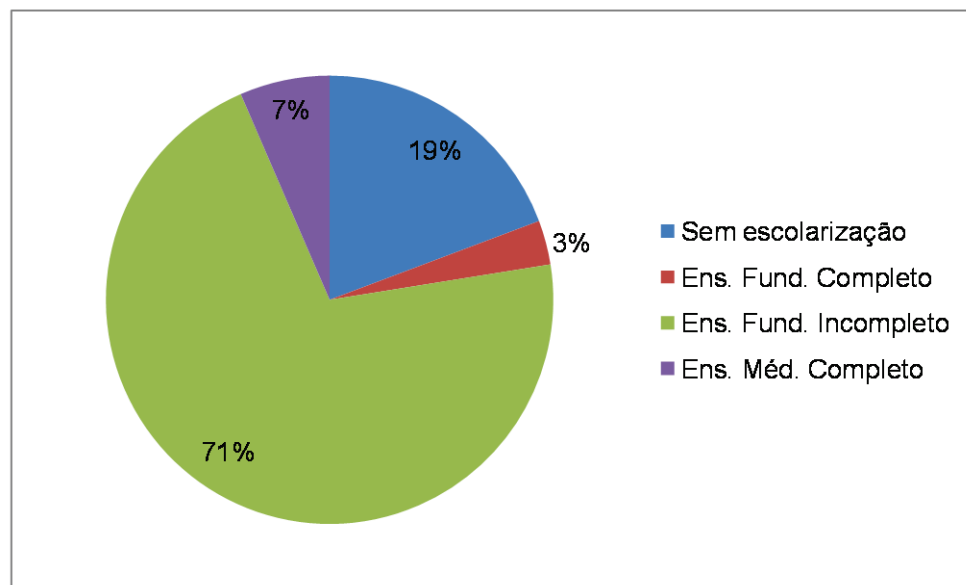


FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Formação escolar: Neste quesito trataremos da escolaridade dos pais; dos motivos que os levou a cursar a EJA; se já foi reprovado em algum ano de estudo; se tem acesso a computador e a internet; se já pensou em abandonar os estudos; os motivos que os fizeram retornar aos estudos na EJA; as principais dificuldades encontradas em estudar na EJA; se tem intenção em continuar com os estudos em nível médio; qual a avaliação que faz do ensino da EJA; como cada um se define como aluno da EJA; se o ensino oferecido na EJA prepara o aluno para o mercado de trabalho; a disciplina que tem mais dificuldade; e, por fim, pedimos que sugerissem algo para melhorar o ensino da EJA na Escola em questão.

Podemos observar no Gráfico 7 que 19% dos alunos responderam que os pais não possuem nenhum grau de escolaridade e que apenas 3% concluíram o Ensino Fundamental. Também que, 71%, não concluiu o Ensino Fundamental e apenas 7% concluiu o Ensino Médio.

Podemos dizer que esse número expressivo de pais que não concluíram o Ensino Fundamental é uma realidade que nos preocupa, mas, ao mesmo tempo, identificamos alunos que buscam trilhar caminhos diferentes daqueles que os pais trilharam, investindo na educação como chance de mudar a realidade em que vivem.

Gráfico 7- Grau de escolaridade dos pais

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Ao responder sobre o motivo que o levou a cursar o ensino da EJA, 45,5% respondeu para que fosse para antecipar o diploma (Tabela 3), visto que no ensino da EJA, na modalidade de supletivo, o educando tem a oportunidade de cursar duas séries em um mesmo ano. Quem foi forçado a adiar a escolarização por alguns anos e para quem reprovou em alguns anos e quer concluir, com mais rapidez, encontra na Educação de Jovens e Adultos a oportunidade de encurtar prazo e adquirir mais rapidamente o tão sonhado diploma. Assim, 18,1% responderam que decidiram cursar a EJA por ser um ensino de curto prazo, 15,2 % para atingir as exigências do trabalho, 15,1% por outros motivos e 6.1% não responderam a pergunta em questão. (Tabela 3).

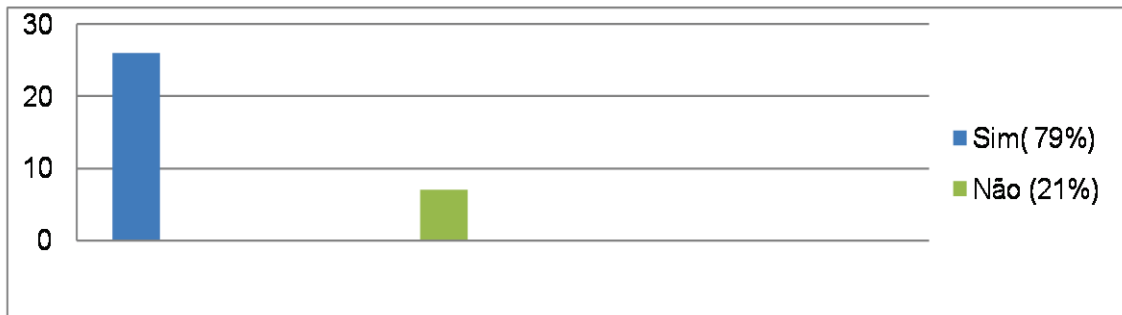
TABELA 3 – MOTIVOS PARA ESTÁ CURSANDO A EJA

O que o levou a cursar a EJA?	(%)
Para antecipar o diploma e fazer outros cursos	45,5
Por ser em curto prazo	18,1
Para atingir as exigências do trabalho	15,2
Outros motivos.	15,1
Não responderam	6,1

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

No que se refere à reprovação, o percentual é altíssimo, 79% afirmaram que consta alguma reprovação na sua vida escolar. Não contabilizamos a desistência nem o abandono por parte desses alunos, apenas reprovação. Neste item, 21% afirma não ter sofrido reprovação, como pode constatar no gráfico 08.

GRÁFICO 8 – REPROVAÇÃO



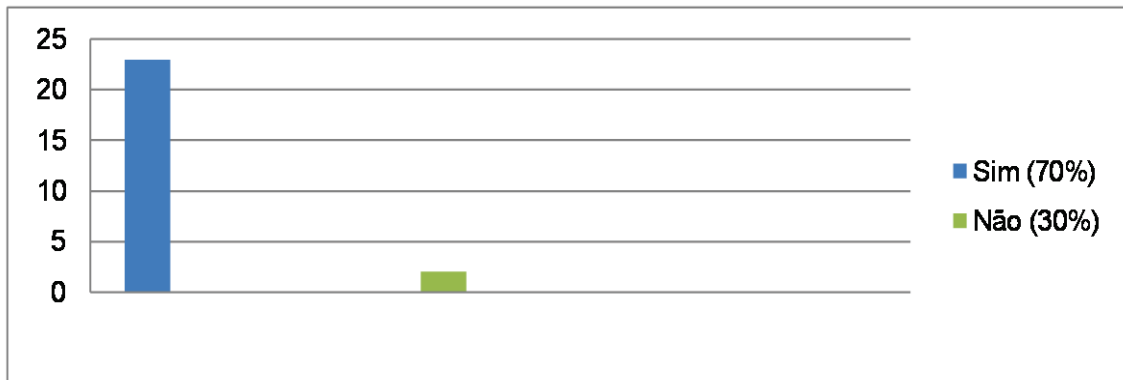
FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Como estamos trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a pesquisa, vimos que se trata de um alunado na faixa etária jovem e, considerando a influência das mídias digitais, resolvemos averiguar junto aos alunos quem têm acesso a computador ou internet. A resposta foi positiva, considerando, pois 70% afirmaram ter acesso a essas tecnologias. (Gráfico 9).

Os alunos responderam ainda, por meio de diálogo durante a aplicação dos questionários, que a utilização destas mídias se dá através das *lanhouses* e em casa de amigos, quando necessitam, sendo a internet também acessada através de celulares.

É importante ressaltar, conforme conversas informais entre os alunos, que a escola em questão possui um laboratório de informática, mas não é utilizado pelos mesmos. Esta dificuldade se dá por vários motivos: a sala de informática fica fechada, a internet tem acesso difícil, não há um técnico em informática para acompanhar os trabalhos desenvolvidos na escola, entre outros aspectos que dificultam o acesso dos alunos pelos meios mencionados no parágrafo anterior. Esses consistem em 30% dos alunos da pesquisa (Gráfico 9).

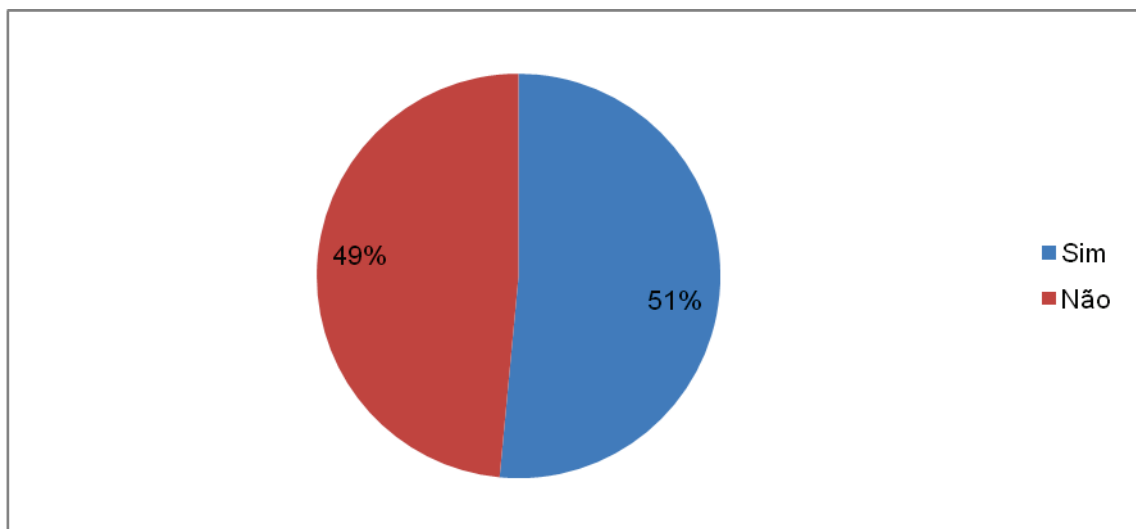
GRÁFICO 9 – ACESSO AO COMPUTADOR E INTERNET



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Mais de 51% dos estudantes responderam que pensaram em abandonar os estudos durante o ano letivo. Para Silva (2012), o abandono escolar pode ser consequência da evasão escolar que consiste, também, no não comparecimento dos alunos matriculados em sala de aula, causando a repetência escolar, distorção idade/série e o próprio abandono.

GRÁFICO 10 – JÁ PENSOU EM ABANDONAR OS ESTUDOS?



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

A questão do abandono parece de várias formas nesta pesquisa. Na composição deste dado, incorporamos as respostas colocadas no questionário aplicado junto aos alunos, priorizando os alunos que responderam de modo

afirmativo nossa questão. Assim, as principais causas do abandono para esses alunos consistemem:

TABELA 4 – PRINCIPAIS CAUSAS DE ABANDONO DOS ESTUDOS

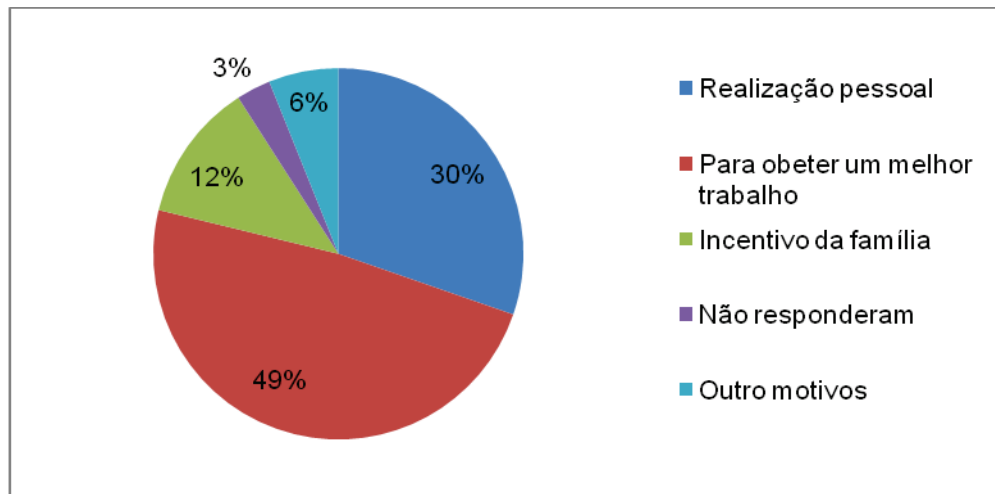
Causas elencadas pela pesquisa	%
Dificuldade de aprendizagem	35,3
Trabalho	35,3
Preguiça	17,6
Dificuldade na explicação do professor	5,9
Falta de motivação	5,9

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

A dificuldade de aprendizagem é um dos fatores que mais afetam a vida escolar dos alunos da EJA com um total de 35,3%, eles alegam que os conteúdos não condizem com a sua realidade. Esses alunos não vêem um sentido prático em muitos conteúdos estudados em sala de aula. Apesar disso, alegam esses alunos, a prática dos professores contribui como elemento que dificultar o processo de sua aprendizagem. O trabalho também é um dos fatores que mais dificulta a permanência dos educandos, chegando a um percentual de 35,3%. Conciliar uma jornada diária de trabalho e estudos e ainda assumir compromissos familiares é um desafio para muitos. Além disso, identificamos que: 17,6% alegam que têm preguiça, 5,9% que encontram dificuldade na explicação do professor e 5,9 % apontam a questão da falta de motivação.

Esses alunos retomam os estudos no ensino da EJA, por vários motivos: 30% desses responderam que a realização pessoal é a principal causa desse retorno, 49% alegam que pretende obter um melhor trabalho se continuar estudando, 12% responderam que o incentivo da família foi o principal fator, 3,0% não quiseram responder e 6% responderam outros motivos que não foram citados no questionário. (Gráfico 11).

GRÁFICO 11-Principais motivos que o fez retornar aos estudos na EJA



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Percebemos que a maioria deposita na EJA a chance de melhores oportunidades de emprego. Porém, ao continuar estudando, também declararam que muitas dificuldades são encontradas durante a caminhada, como podemos observar na tabela: 5,37% acreditam que uma das maiores dificuldades encontradas durante o ano letivo é conciliar trabalho e escola, 15% que alegam encontrar dificuldades na explicação do professor, 15% consideram o cansaço como uma das dificuldades, 15% alegam a preguiça, 6% responderam que a dificuldades de aprendizagem é um motivo relevante, outros 6% não quiseram responder, 3% alegam a falta de motivação e outros 3% a falta de apoio da família.

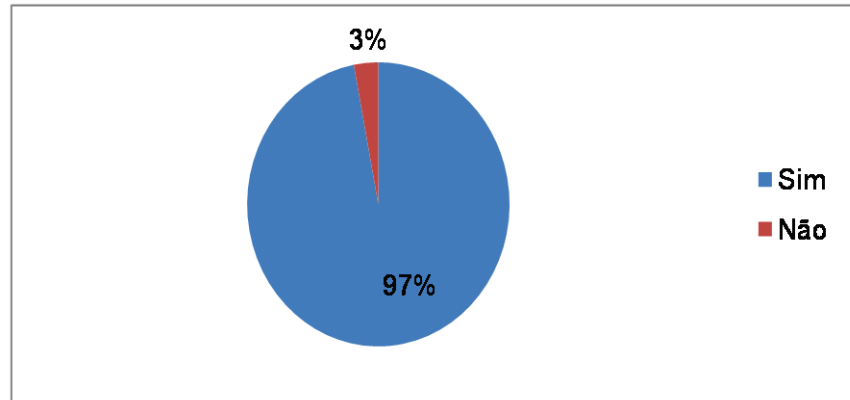
TABELA 5 – DIFICULDADE PARA CONTINUAR ESTUDANDO

Dificuldades elencadas pela pesquisa	%
Conciliar trabalho e escola	37
Dificuldade na explicação dos professores	15
Cansaço	15
Preguiça	15
Não responderam	6
Dificuldade de aprender	6
Falta de motivação	3
Falta de apoio da família	3

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Como nos mostra o Gráfico 12, ao perguntar sobre a pretensão de continuidade dos estudos no ensino médio, quase todos afirmaram que pretendem continuar e cursar o ensino médio (97%).

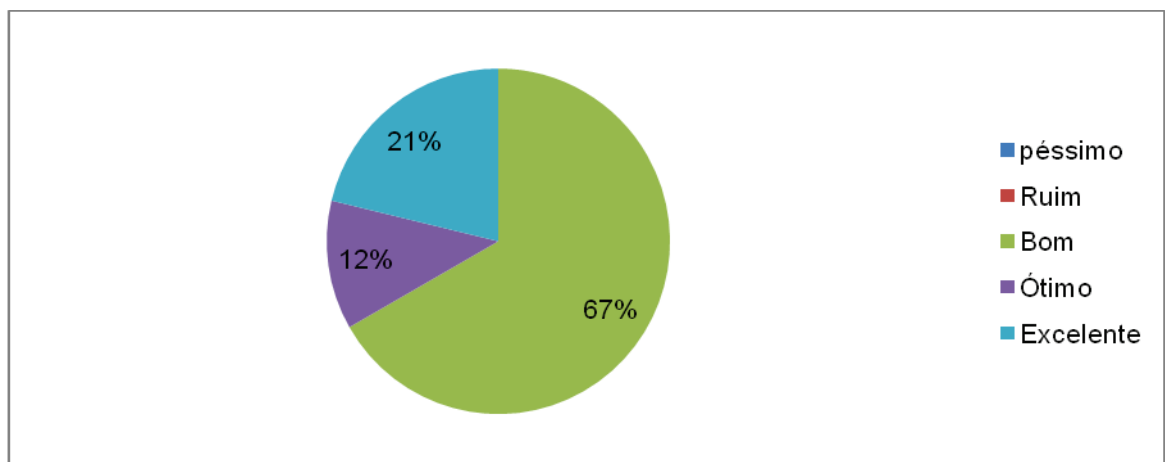
GRÁFICO 12 – PRETENSÃO DE CONTINUAR ESTUDOS



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Mesmo diante das dificuldades vividas por cada educando, muitos possuem uma avaliação positiva sobre o ensino oferecido na EJA na escola João Fernandes de Lima. Podemos ver essa avaliação no Gráfico 13: 67% dos alunos consideram-no com “bom” esse ensino, 12% como “ótimo” e 21% como “excelente”.

GRÁFICO 13 – AVALIAÇÃO PESSOAL DOS ALUNOS SOBRE A EJA DA ESCOLA JOÃO FERNANDES DE LIMA

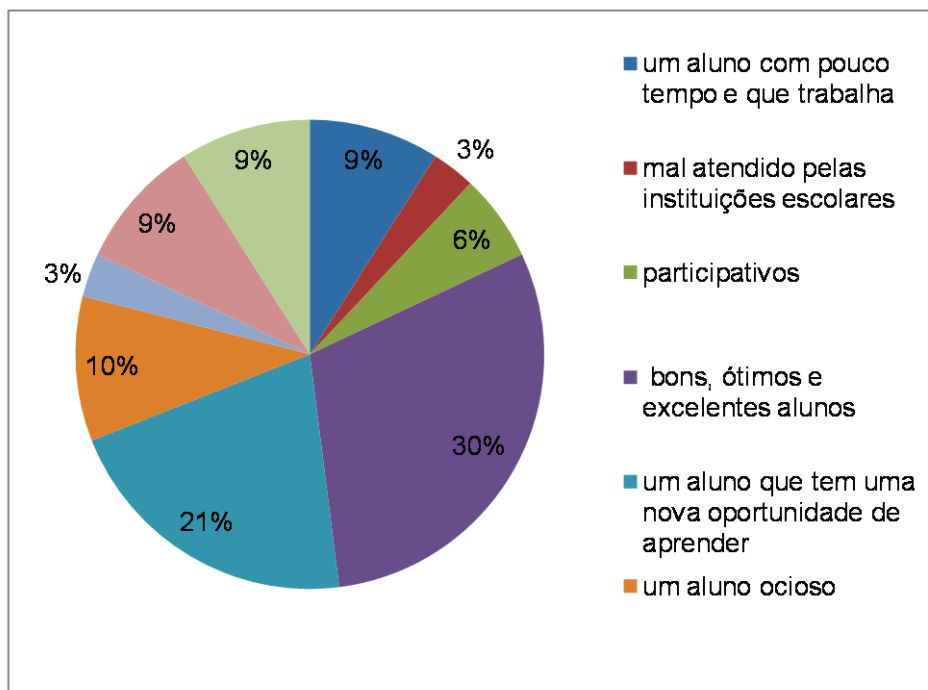


FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Na solicitação de uma auto avaliação, enquanto educandos da EJA registramos opiniões diversificadas: 9% responderam que são alunos com pouco tempo para estudar por motivo de trabalho, 3% que são alunos mal atendidos pelas instituições escolares, 6% disse que os alunos da EJA são participativos, 30% definiram-se como bons, ótimos e excelentes alunos, 21% se define como alunos que tiveram uma nova oportunidade de aprender, 10% se define alunos ociosos, 3% responderam que são alunos que têm pressa de aprender, 9% que alunos que servem de exemplo para os demais e 9% não quiseram responder.

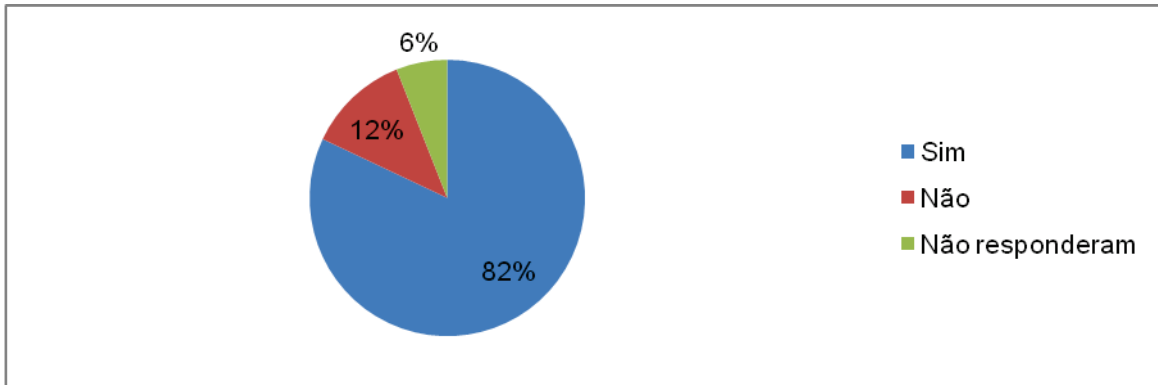
GRÁFICO 14 – AVALIAÇÃO PESSOAL DOS ALUNOS SOBRE OS ALUNOS DA EJA

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.



Ao perguntar se o ensino oferecido na EJA prepara o educando para o mercado de trabalho, as respostas foram às seguintes:

GRÁFICO 15 – A EJA PREPARA OS ALUNOS PARA O MERCADO DE TRABALHO?



FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Para 82% dos alunos, a EJA prepara para a atuação no mercado de trabalho, 12% disseram que não e 6% não responderam. (Gráfico 15)

Para muitos alunos algumas disciplinas são vistas como um “bicho papão” em sua trajetória escolar, muitos até abandonam a escola, alegando dificuldades em determinada disciplina. Para os alunos participantes da pesquisa a disciplina que mais oferece dificuldade é Matemática com 58% das respostas. Seguida de Língua Portuguesa com 21%, Língua Inglesa com 12% e Geografia com 6%. Além destes, 3% dos alunos respondeu que tem dificuldade em todas as disciplinas.

TABELA 6 – DISCIPLINA QUE TEM MAIS DIFICULDADE DE ENTENDER

Dificuldades elencadas pela pesquisa	%
Matemática	58
Língua portuguesa	21
Língua inglesa	12
Geografia	6
Todas as disciplinas	3

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

4.3 NECESSIDADES EDUCATIVAS DOS EDUCANDOS DE EJA: REFORMULANDO AS PERGUNTAS

Como a EJA se trata de uma educação para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria esses educandos necessitam ser enxergados em suas necessidades educativas. A constituição brasileira de 1988 estabelece que o direito dos jovens e adultos a ter educação, e esse ensino ser oferecido de forma obrigatória e gratuita, garantindo a esses a oportunidade de dar continuidade aos estudos.

Soares (2002) afirma que diante da função da EJA de alfabetização e letramento surgem outras três funções com o objetivo de suprir e compensar à escolaridade perdida pelos jovens e adultos, as funções reparadora, equalizadora e qualificadora que dar a educação de jovens e adultos novos desafios. A função qualificadora se torna a função que mais traduz as necessidades da Educação de Jovens e Adultos por se tratar das necessidades de aprendizagem contínua e atualizada por toda vida.

A origem do conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida aparece nos relatórios da UNESCO e publicações da OCDE. Esse conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida está sustentado em quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. (DINIZ, SCOCUGLIA e PRESTES, 2010)

Na V e VI CONFINTEA, o que baseia o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida são valores aludidos aos processos educativos, valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, com finalidade e contribuição de uma sociedade do conhecimento. (DINIZ, SCOCUGLIA e PRESTES, 2010)

Diante dos desafios e progressos enfrentados pela EJA desde a V CONFINTEA e renovando as metas a serem alcançadas, ainda são muitos os desafios a ser superada a luz da VI CONFINTEA. Diante disso no livro Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Jovens e Adultos (2010) afirma que:

São muitos, os desafios desta nova ordem. Por um lado, sanar as velhas feridas, ainda abertas, produzidas a partir das dinâmicas de exclusão educativas, com a alta reprovação e abandono escolar, o nível baixo de aprendizagem por parte de boa parte da população estudantil, e, por outro, apontar para a construção de uma sociedade

democrática do conhecimento, uma sociedade que tome a sério a ideia de expandir democraticamente o conhecimento. (FLECHA, 1990 *apud* DINIZ, SCOCUGLIA E PRESTES, 2010, 52).

As dificuldades são muitas, e precisam ser enfrentadas já, diante dos altos níveis de abandono escolar, de reprovação e de uma aprendizagem precária, são muitos desafios que assolam a educação de jovens e adultos e em meio a essas dificuldades surge um novo desafio a superar todos estes desafios já antigos mais que insiste em continuar assolando a educação de jovens e adultos com uma perspectiva de uma Aprendizagem ao Longo da Vida. A educação de jovens e adultos e a aprendizagem são como uma ordem na superação da inclusão social para promover a redução da pobreza e construção de uma sociedade centrada em valores como justiça, solidariedade e sustentabilidade, baseado no conhecimento, conhecimento este que vai ser construído e adquirido ao longo da vida de cada indivíduo.

Diante de todos os desafios que a Educação de Jovens e Adultos vem enfrentando, ao longo de seu percurso, percebemos que as necessidades dos educandos da pesquisa comuns àquelas que a EJA tem enfrentado em seus caminhos, em um contexto mais geral. Podemos perceber que esses alunos passam por um processo de exclusão social e educacional, causados por vários motivos, dentre os quais destacamos, a reprovação, assim como o baixo nível de aprendizagem que esses alunos trazem para as salas de aulas. Tudo isto acarreta diversas deficiências de assimilação dos conteúdos específicos do ano de ensino em que esses alunos estão cursando. A motivação também é algo que precisa ser trabalhada com esses alunos, principalmente quando se fala do processo de ensino e aprendizagem. A escola é a responsável em tornar o ambiente de ensino atrativo e prazeroso, onde todos se sintam motivados e valorizados.

Esses alunos não podem ser vistos isoladamente, mais como educandos provenientes de famílias, que na maioria das vezes, passam por um processo de desestruturação que afetam a vida estudantil. Aí vem outro papel da escola de considerar o aluno como um todo, com um trabalho de motivação que envolva a família.

4.4 O LEGADO DA EDUCAÇÃO POPULAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES À EJA: EM BUSCA DE RESPOSTAS

A Educação Popular, podemos dizer que é uma forma de fazer educação, voltada para uma libertação do indivíduo, favorecendo níveis de consciência da realidade que o rodeia e da transformação do meio. É uma pedagogia feita de ações, na qual a realidade popular ganha espaço e valor e há uma interação entre educador e educando, baseada na escuta, respeito, confiança sem deixar de lado o diálogo, a interrogação, a solidariedade, a crítica e a transformação.

A Educação Popular ganha força e expressão a partir das ideias, discursos e práticas do educador Paulo Freire. Freire viveu a Educação Popular, desde as bases de seu nascedouro, interpretou essa concepção de educação, sobretudo, em uma de suas mais notórias obras, a Pedagogia do Oprimido, na qual enfatiza os preceitos de uma verdadeira pedagogia libertadora. Freire afirma que.

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu 'posto no cosmos', e se inquietam por saber mais. Estar, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (FREIRE, 2005, p.31).

Assim, o indivíduo em relação à educação que adquire passa a conviver e a ser, por meio de saberes que são obtidos de si mesmo e também da construção de si mesmo. A este respeito, Brandão (2008) afirma que alguns trabalhos na Educação de Jovens e Adultos têm assumido, por parte de alguns profissionais, um caráter popular de educação:

Um trabalho de Educação de Jovens e Adultos com um claro e assumido perfil de educação popular, em seus pressupostos e em suas práticas didáticas, continua sendo realizado por um número bastante significativo de entidades e de pessoas, do Norte a Sul do Brasil. Ao contrário do que possa parecer a um olhar apressado, para muitas educadoras e muitos educadores participantes desses projetos, o ideário essencial do momento fundador da educação popular continua vigente. Assim também, em vários setores de trabalho social, profissional ou voluntário junto a pessoas, famílias, grupos e comunidades de trabalhadores urbanos e rurais, seus praticantes se identificam como sujeito envolvido com alguma modalidade da educação popular (BRANDÃO, 2008, p.35).

Freire (2013) aponta a Educação Popular como um conhecimento do mundo feito através das práticas do mundo. Mais ao comparar a Educação de Jovens e Adultos oferecida na maioria das escolas, indica que esta não tem uma preocupação com a realidade e com o que o aluno traz em sua bagagem cultural e em universo de conhecimento prévio para a sala de aula. Ao contrário, está mais preocupada em transmitir uma série de conteúdos programados que serão transmitidos para os alunos sem nenhuma contribuição para sua realidade de vida e existencial.

A Educação Popular, por sua vez, traz essa proposta de respeito ao que o aluno já sabe em suas experiências e conhecimentos da vida. (Freire, 1979 *apud* Corrêa, 2009), diz que: Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora da sociedade humana e não há homens isolados. Ainda, segundo Corrêa (2009), o diálogo que na Educação Popular adquire uma grande importância, precisa assumir espaço na educação da EJA.

Sobre o diálogo, Corrêa (2009) também verbera que os alunos por serem jovens e adultos e por terem um conhecimento da vida não podem ser excluídos do processo de construção curricular, devem estar presente, integralmente, nesse processo. O diálogo concretiza-se por meio da exposição das ideias e opiniões dos alunos, relacionando assuntos sobre a vida, à cultura o trabalho e os mundos de um modo geral, que devem ser colocados em discussão. As ideias e opiniões dos alunos analisadas e problematizadas deverão fazer emergir temas e conteúdos que comporão o currículo escolar. Os conteúdos a serem trabalhados surgem a partir dos temas problematizados, dando a eles mais sentido.

Entre as causas da evasão escolar reside a dificuldade que os alunos enfrentam por não se sentirem valorizados, de os conteúdos trabalhados nas aulas não serem os que gostariam de estudar, a falta do diálogo ainda está fortemente presente na modalidade da EJA, sobretudo em nossa realidade. O alunado da EJA vive por processos de baixa autoestima que se alternam ano após anos, sem que nada seja feito para mudar esse comportamento e sentimento assumidos por esses alunos da EJA. A falta do respeito pelo educando e seus conhecimentos são motivos que levam, de fato, o aluno abandonar o ambiente escolar.

Em relação aos conteúdos Oliveira (2008) afirma que a maioria das propostas curriculares adotadas nas escolas não nasce do diálogo, elemento imprescindível na

Educação Popular. Esses conteúdos para Oliveira (2008) deveriam ser relacionados o tanto quanto possível à realidade e a situação da vida cotidiana dos educados da EJA, para que este compreenda o mundo físico e social à sua volta.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Nesta pesquisa, após a realização das leituras teóricas sobre o tema estudado, bem como da vivência, na condição de pesquisadora, na Escola Municipal João Fernandes de Lima, constatamos que mesmo diante de diversos avanços pelos quais tem passado a educação, o quadro de evasão escolar persiste e cresce, sendo que, na EJA, encontra maior expressividade. Constatamos, também, que a evasão escolar na EJA ocorre por vários motivos, sendo a repetência um dos fatores que mais tem contribuído para esse feito, juntamente com a necessidade deste alunado equilibrar, de modo adequado, a relação entre estudos e trabalho. Além disto, a falta de incentivo por parte dos professores e da escola, a inadequação dos conteúdos ministrados em sala de aula e o não reconhecimento dos jovens e adultos, educandos como sujeitos de direito, são fatores preponderantes que contribuem para a evasão escolar. Este último nos leva a perceber que os alunos precisam ser estimulados para continuidade dos estudos, por meio de atividades e ações que os valorize e eleve a sua autoestima.

No caso da Escola Municipal João Fernandes de Lima o quadro de evasão pode ser constatado através dos dados disponibilizados pela escola, em relação aos últimos quatro anos de sua atuação. Destacamos, no ano de 2010, o percentual de 47% de alunos evadidos na modalidade de EJA, salientando que os níveis mais altos foram encontrados nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, na intenção de compreender as causas da evasão escolar na escola citada, realizamos uma pesquisa de campo, cuja análise evidencia a problemática da evasão neste caso específico. Contudo, é importante considerar que a evasão escolar não é um fenômeno exclusivo da Escola Municipal João Fernandes de Lima, mas uma problemática presente nos processos educacionais formais. Por este motivo, podemos dizer que não é apenas de natureza pedagógica, mas de ordem política, econômica e social.

Todavia, considerando que os dados expostos na pesquisa de campo são reais e consideráveis, convém que algumas medidas sejam tomadas para que haja a redução no quadro de evasão na modalidade de EJA nesta escola.

Podemos dizer que a evasão acontece e não tem um único responsável. Essa ocorrência precisa ser analisada para além da ideologia da culpa, a partir de um olhar crítico que considere as percepções de todos os agentes envolvidos no ato

pedagógico: educandos, educadores, equipe técnica e administrativa, família e toda comunidade escolar.

Com relação aos educandos, ênfase de nossa pesquisa, identificamos a necessidade do trabalho com um imperativo, pois, embora a maioria dos alunos, resultando em um percentual de 58%, tenha declarado não trabalhar, no que se refere à desistência dos estudos e a evasão escolar, o trabalho foi o indicador de maior referência.

Quanto à escola, cabe a responsabilidade em tornar o ambiente escolar atrativo e prazeroso, espaço em que todos se sintam motivados, valorizados e incluídos, sobretudo quando se trata do processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, a escola assume um papel ainda maior mediante a essa problemática: a de não só trabalhar com o aluno, mas, também, de trazer a família desse aluno pra dentro da escola. Esse trabalho de motivação e reconhecimento deve considerar o lugar que a família ocupa neste processo.

Além disso, a escola, por meio das Secretarias de Educação, também tem a responsabilidade de promover cursos de formação para os professores da Educação de Jovens e Adultos. Inclusive, no Planejamento escolar, oportunizar instâncias de diálogo nas quais sejam realizadas avaliações periódicas e contínuas do ensino oferecido na EJA. Nesse sentido, a escola precisa repensar os métodos de ensino, bem como o currículo escolar, através de diálogos teórico-práticos que aproximam a EJA da Educação Popular, cuja relação permite, entre outras questões, a valorização dos educandos como pessoas, cujos saberes são respeitados e considerados na construção do conhecimento escolar.

O processo de juvenilização, que acarreta a marca de um público bastante jovem na EJA, sugere a partir das questões discutidas na pesquisa de campo, o trabalho com as mídias digitais, conteúdo fortemente presente no cotidiano desses jovens. Para isso a escola deve promover o uso das novas tecnologias com bom senso e qualidade.

Por fim, não podemos deixar de lembrar, no conjunto de toda essa problemática, da necessidade de valorização do profissional da educação, pois este é peça chave no processo educacional. Essa valorização é feita por meio de salários dignos (piso salarial), cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento constante, além de garantir as condições de funcionamento das escolas, em todos

os níveis, turnos e séries que a constitui, principalmente na Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Livaldo de América; COSTA, Leonilde Rodrigues. *Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola Municipal “Ezequiel Alves dos Ramos”*. Tailândia/PA: s/d. Disponível em: L. de Almeida Amaral, LR Costa - files.comunidades.net. Acesso em: 02/02/2014.

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? P. 11 a 54. *Apud.* ARROYO, Miguel G. (Org.). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1991. Coleção Educação Popular nº 8.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. p. 17 a 56. *apud.* MACHADO, Maria Margarida. *Formação de educadores de jovens e adultos* (Org.). Brasília: SECAD / MEC, UNESCO, 2008. 184p.

BRASIL, Cristiane Costa. *História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje*.s/d Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>. Acesso em: 17/07/2013.

BRASIL/MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº. 9394/96. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Parecer 11/2000. Brasília. 2000.

BRASIL. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)*. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CARMO, Gerson Tavares do. *Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: Crítica ao senso comum e as suas justificativas*. UENF: s/d. Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=16676&parent=298. Acesso em: (02/02/2014).

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. *Fundamentos Metodológicos em EJA I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso; PRESTES, Emília Trindade Prestes (Org.). *Aprendizagem ao Longo da Vida e da Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e contribuições ao debate*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ / SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO / SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba/Paraná: Governo do Paraná, 2006.

FALCÃO, Rejane Maria de Araújo Lira. *Evasão escolar na educação de jovens e adultos: uma reflexão conjunta para uma prática pedagógica possível*. s/d Disponível em: <http://www.catedraunescojea.org/GT05/COM/COM026.pdf>. Acesso em: 17/11/2013.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves. *Alfabetização de jovens e adultos: pontos críticos e desafios*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FERREIRA, Liliane Soares: *Educação & História: algumas considerações*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, [1996]. 110p.

FIGUEIREDO, Sueli de Freitas. *Algumas causas da evasão escolar no ensino fundamental das escolas Estaduais no município de Niterói*. Niterói, 2006. Disponível em: www.avm.edu.br/.../SUELI%20DE%20FREITAS%20FIGUEIREDO.pdf. Acesso em: 02/02/2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 12. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FURTADO, Quézia Vila Flor. *Jovens na Educação de Jovens e Adultos: produção do fracasso no processo de escolarização*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Básica: 2012- Resumo técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

MACHADO, Maria Margarida. A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, v. 21, p. 59-73, 1998.

MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. *Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MORAIS, Eliana Rocha Passos Tavares de. *Evasão escolar*. 2006. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/748-4.pdf>. Acesso em: 17/10/2013.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca de organização curriculares das práticas pedagógicas na EJA. MOURA, Tânia Maria de Melo (Org.). *Educação de jovens e adultos: Currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento*. Maceió: EDUFAL, 2008.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de e EITERER, Carmem Lúcia. “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo10.pdf. Acesso em: 10/11/2013.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Loyola, 1985.

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. *Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar*. 2004. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 17/10/2013.

REBELO Márcia Nunes; SANTOS, Sandra Jaqueline Salvador. *Evasão escolar: um desafio a ser superado na Educação de Jovens e Adultos*, 2010. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2010/artigos/pedagogia/seminario/681.pdf>. Acesso em: 11/12/2013.

SANTOS, Marluce Cavalcanti. Educação de Jovens e Adultos na Agenda 21 e o Programa Alfabetização Solidária. *apud*: MOURA, Tânia Maria de Melo (Org.). *Educação de jovens e adultos: Currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento*. Maceió: EDUFAL, 2008.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. *Fórum de Educação de Jovens e Adultos: uma nova configuração em movimentos sociais*. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 2005.

_____. *Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e sua contribuição para a formação do educador*. Disponível em: http://cereja.org.br/arquivos_upload/Eduardo%20Silva_nov2005.pdf, Acesso em: 25/10/2013.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. *O Papel político dos fóruns de Educação de Jovens e Adultos*. Campina Grande: EDUEP., 2008.

SILVA, Manoel Regis da. *Causas e consequências da evasão escolar na escola normal estadual professor Pedro Augusto de Almeida - Bananeiras*. PB. 2012. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/causas_e_consequencias_da_evasao_escolar_na_escola_normal_estadual_professor_pedro_augusto_de_almeida_a_bananeiras__pb_1343397993.pdf. Acesso em: 10/11/2013.

SOARES, Leôncio José Gomes. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&, 2002.

SOARES, Leôncio José Gomes. Educação de jovens e adultos: Momentos históricos e desafios atuais. *Revista presença Pedagógica*. V.2, n.11 set/out. 1996.

UNESCO. Alfabetização de jovens e Adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

UNESCO/MEC. *CONFINTEA VI: Marco de Ação de Belém*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

APÊNDICES:

1. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO:

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA



QUESTIONÁRIO:

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. Sexo: Feminino Masculino

1.2 Idade: _____

1.3 Cor/raça _____

1.4 Estado civil:

solteiro casado divorciado amasiado

1.5 Deficiência

sim não

Caso possua alguma deficiência, identifique a que você é portador:

2. DADOS SOCIOECONÔMICOS

2.1 Renda mensal da família

menos de um salário mínimo um salário mínimo dois salários mínimos
 mais de dois salários mínimos

2.2 Quantas pessoas moram na sua residência?

2.3 A residência que você mora é

própria alugada

2.4 Você exerce alguma atividade remunerada?

sim não

Em caso positivo, qual? _____

3. FORMAÇÃO ESCOLAR:

3.1 Escolaridade dos pais:

Sem Escolarização

Ensino Fundamental Completo Incompleto

Ensino Médio Completo Incompleto

Ensino superior

3.2. O que o levou a cursar a EJA?

Por ser a curto prazo.

Para atingir as exigências de trabalho.

Para antecipar o diploma e fazer outros cursos.

Outro. Qual?

4. Você foi reprovado algum ano?

sim não

5. Você tem acesso a computador e a internet?

sim não

6. Já pensou em abandonar os estudos?

sim não

Se sim, quais as causas que levaram você a pensar em desistir de estudar?

falta de motivação dificuldade de aprendizagem Falta de apoio da família

Trabalho dificuldade na explicação do professor preguiça

Outro. Qual? _____

7. Principal motivo que o fez retornar aos estudos na EJA?

realização pessoal melhor trabalho incentivo da família outros motivos. _____

8. Principais dificuldades encontradas em estudar na EJA:

conciliar o trabalho e a escola falta de motivação dificuldade de aprender Falta de apoio da família Cansaço dificuldade na explicação do professor preguiça

9. Qual avalia o ensino da EJA?

Péssimo Ruim Bom Ótimo Excelente

10. Você tem interesse em continuar os estudos em nível médio?

Sim Não

11. Para você, o que é ser aluno(a) da EJA?

12. Para você o ensino oferecido na EJA prepara o (a) educando (a) para o mercado de trabalho?

13. Qual a disciplina que você tem mais dificuldades de compreender?

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa aborda “**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**” e está sendo desenvolvida por **Juçara Maria de França Silva**, aluna do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof^a. Dr^a. Verônica Pessoa da Silva.

Tem por objetivo geral analisar a percepção dos educandos sobre os motivos do abandono escolar. Para atingir os objetivos pretendidos intencionamos revisar o conceito de evasão na modalidade de EJA; diagnosticar as causas da evasão da EJA e identificar estratégias pedagógicas que contribuem para permanência do educando da EJA. Será desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionários e entrevistas junto aos educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima – Capim PB.

A participação nesta pesquisa é voluntária e, portanto, não há obrigatoriedade em fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em

sigilo. As pesquisadoras estarão O a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Juçara Maria de França Silva

Endereço: R. Travessa São Sebastião, S/N – Bairro: Centro

Telefone para contato: (83) 91016807